

Acção Socialista



N.º 1349 17 Maio 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A ALBERTO MARTINS, MINISTRO DA JUSTIÇA “A PREVENÇÃO É INCONTORNÁVEL E BASILAR NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO”



A prevenção, a política legislativa e a repressão são as linhas mestras da estratégia governamental de combate à corrupção, afirma o ministro da Justiça, Alberto Martins, reiterando que tudo o que se possa fazer para “imprimir maior efectividade e rapidez” na luta contra este fenómeno endémico, sê-lo-á sempre no “respeito pelos direitos dos cidadãos e merece o nosso inteiro apoio”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Alberto Martins diz ainda que um dos seus objectivos centrais é criar “uma Justiça mais célere, nomeadamente através das medidas de simplificação e desburocratização, que permitam reduzir o tempo dos processos para benefício dos cidadãos e das empresas”. Nesse sentido, adianta que foi constituída a Comissão para o Processo Civil com o intuito de “identificar os pontos de congestionamento nos tribunais e propor soluções”, à semelhança do que foi realizado para o processo penal. O titular da pasta da Justiça fala ainda com entusiasmo do esforço de investimento registado na qualificação e reorganização dos estabelecimentos prisionais e na construção de novos tribunais.

Páginas 2 a 4

Austeridade

Governo aposta na consolidação orçamental

P19

Economia

PIB português é o que mais cresce na União Europeia

A ECONOMIA portuguesa está a demonstrar “boa capacidade” de recuperação, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ao reagir aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2010, cuja variação face ao período homólogo foi de 1,7%.

P6

Comissão Política

PS apoia plano de austeridade do Governo para defender o país

P20

Colaboram nesta edição

LUÍS NAZARÉ
ACÁCIO PINTO
JORGE FÃO
EDUARDO VÍTOR
RODRIGUES
MIGUEL FREITAS

Neste número



ELEIÇÕES FEDERATIVAS 8 E 9 DE OUTUBRO



“A prevenção é inco na luta contra

O Governo está empenhado em “construir e em sublinhar posições de convergência” com os diferentes agentes do sector que “defendam e credibilizem a Justiça em Portugal”, afirma Alberto Martins. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o ministro da Justiça salienta que as alterações de alteração ao Código de Processo Penal têm como objectivos “reforçar a celeridade, aperfeiçoar o regime do segredo de justiça e reforçar a eficácia do combate à criminalidade mais grave e complexa”. Quanto ao combate ao fenómeno da corrupção, reitera que “é um dos objectivos prioritários” do Executivo socialista, que passa por uma estratégia de actuação “a três níveis distintos, mas absolutamente complementares: a prevenção, a política legislativa e a repressão”. O governante recorda também que foi constituída a Comissão para o Processo Civil, com o intuito de “identificar os pontos de congestionamento nos tribunais e propor soluções”, por forma a termos uma “Justiça mais célere”, nomeadamente através de medidas de “simplificação e desburocratização”, que permitam “reduzir o tempo de duração dos processos”.

O início das suas funções como ministro da Justiça coincidiu com a reactivação do Conselho Consultivo da Justiça (CCJ). Quais as razões que estiveram na base desta decisão?

A vontade de reactivar o Conselho Consultivo, órgão de consulta e aconselhamento estratégico do Governo na área da Justiça, visa aprofundar o diálogo, a convergência e a partilha das opções estruturais, e da sua definição estratégica, por parte das diversas instituições e representantes da justiça.

Estas reuniões com o CCJ são para continuar? Com que objectivo e regularidade?

Nos termos da Lei, o Conselho Consultivo da Justiça deve reunir de três em três meses; contudo, foi assumido pelo Ministério da Justiça que o Conselho iria reunir com uma regularidade bimestral. A primeira reunião foi em 18 de Novembro de 2008 e a segunda teve lugar a 11 de Janeiro de 2010. Faremos brevemente a terceira reunião.

Como estão as relações entre o Ministério da Justiça e os diferentes agentes da Justiça, em particular com os juizes e os advogados?

Procuramos desde o início do mandato um melhor ambiente de diálogo e parceria, que consolide uma base de confiança nas relações com os diferentes agentes da Justiça. Considero natural que existam diferentes pontos de vista sobre as diversas matérias mas acredito que só um esforço de consensualização

pode beneficiar todos. O Governo está empenhado em construir e em sublinhar posições de convergência que defendam e credibilizem a Justiça em Portugal.

Um projecto iniciado na anterior legislatura foi o programa Citius de desmaterialização das peças processuais nos tribunais. Estão ultrapassadas as dificuldades sentidas no âmbito desta iniciativa e que foram objecto de inúmeras críticas?

O Ministério da Justiça traçou com clareza e rigor o projecto de mudança das aplicações da justiça com vista à sua consolidação e modernização.

As Grandes Opções do Plano apresentadas à Assembleia da República fixaram as prioridades nesta matéria e foram previamente apresentadas no Conselho Consultivo da Justiça. Em Março foi autorizado o início do procedimento respeitante ao Citius Plus que tem em vista assegurar a consolidação, o robustecimento e a expansão que viabilize a tramitação electrónica, de forma segura, de processos.

A actual aplicação tem uso generalizado e permitiu desmaterializar cerca de um milhão de Injunções (97%, entregues por via electrónica), cerca de 2.802.640 de peças processuais entregues por mandatários, 7.842.413 actos de magistrados (juizes e Ministério Público), 2.241.213 de notificações electrónicas desde 15 de Abril de 2009, das quais 1.140.916 já em 2010. O Citius Plus irá certamente expandir esta ampla utilização.

Ao mesmo tempo decidimos

prosseguir, em plena sintonia com a PGR/MP, com a Aplicação de Gestão do Inquérito Crime (AGIC), instrumento de trabalho do Ministério Público, que visa o reforço dos meios e das aplicações que vão possibilitar uma investigação criminal mais eficaz com um sistema informático que vai garantir a tramitação do inquérito de forma ágil e segura.

Estas medidas serão acompanhadas pelo lançamento da Rede da Justiça de nova geração, baseada em fibra óptica, dotada de alto débito e elevada segurança e pelo investimento em maior largura de banda nos tribunais e serviços.

Gostaria de sublinhar que estas acções e projectos serão desenvolvidos em plena articulação com as diferentes entidades e demais operadores judiciais, constituindo para o efeito comissões de acompanhamento e técnicas, com a coordenação do secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, o que irá permitir que o processo informacional corresponda às necessidades dos utilizadores.

Uma das áreas mais prementes na Justiça prende-se com o combate à corrupção. Até que ponto a resolução do problema endémico da corrupção poderá ajudar a uma evolução positiva da economia?

O fenómeno da corrupção é, naturalmente, muito mais abrangente do que a sua mera perspectiva económica, mas essa também deve ser tida em consideração. De acordo com estudos recentes,



uma fatia significativa da produção de riqueza dos vários países é “perdida” na economia paralela, movida por actos corruptivos de índole diversa, o que, obviamente, enfraquece a economia legal. Lutar contra essas formas de actuação ajuda necessariamente a economia a fortalecer-se.

Mas combater a corrupção tem talvez um efeito mais profundo e significativo, se bem que porventura economicamente indirecto: passa uma imagem inequívoca de que não se toleram formas enviesadas de agir, tanto no sector público como no privado, fortalecendo a confiança de cidadãos e investidores, e, nessa exacta medida, auxiliando igualmente uma evolução económica de sentido positivo.

Como vê as iniciativas legislativas sobre esta matéria aprovadas recentemente na generalidade na Assembleia da República?

As medidas de combate à corrupção, no quadro dos parâmetros

constitucionais e legais de respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, têm, naturalmente, a nossa concordância essencial. A Assembleia da República, no âmbito das suas competências, tem levado a cabo um trabalho de recolha de informações e opiniões técnicas a respeito da corrupção, que está já a resultar num conjunto de iniciativas, promovidas por vários grupos parlamentares, desde logo pelo Partido Socialista. Globalmente tudo o que possa fazer-se para imprimir maior efectividade e rapidez na luta contra a corrupção, sempre em respeito pelos direitos dos cidadãos, merece o nosso inteiro apoio.

Da parte do Governo há também propostas a serem trabalhadas no sentido de dar maior combate ao fenómeno da corrupção?

O Governo assumiu o combate à corrupção como um dos seus objectivos prioritários e não pretendemos descurar em nenhum

MINISTRO DA JUSTIÇA

“Incontornável e basilar na luta contra a corrupção”



momento essa linha de actuação. Como tenho já dito em diversas ocasiões, a nossa estratégia neste âmbito funda-se numa actuação a três níveis distintos, mas absolutamente complementares: a prevenção, a política legislativa e a repressão.

Como é facilmente compreensível e resulta de todos os estudos nacionais e internacionais, a prevenção é incontornável e basilar na luta contra os fenómenos de corrupção. Por isso mesmo, tem o Governo fomentado os necessários pontos de contacto e colaboração com o Conselho de Prevenção da Corrupção, criado na anterior legislatura, e que tem assumido um papel de relevo na chamada de atenção dos vários actores sociais para a importância de uma actuação antecipatória e inibitória dos actos corruptivos. De modo a reforçar esta atitude preventiva, foi criada pelo Governo em Janeiro passado uma Comissão para a elaboração do Quadro de

Referência para os Códigos de Ética e de Conduta, instrumento que servirá de matriz para todos os Códigos de Conduta e de Ética do sector público, administrativo ou empresarial, e que definirá não só os parâmetros segundo os quais estes hão-de reger-se, mas igualmente as sanções que serão impostas se assim não for. Este Quadro de Referência, que está agora a ser ultimado, constituirá – estou certo – um passo decisivo para a consciencialização de uma atitude anti-corruptiva em toda a sociedade portuguesa.

Do ponto de vista da política legislativa, estamos atentos a tudo quanto possa ser preciso fazer para aperfeiçoar ou agilizar os mecanismos de combate à corrupção. Portugal procura cumprir escrupulosamente as recomendações internacionais e está permanentemente disponível para alterar tudo o que se mostre necessário, para responder às exigências de prevenção, investigação ou repressão. Por isso

mesmo, na proposta de alteração ao Código de Processo Penal que apresentámos – e que foi já aprovada na generalidade – tivemos na devida conta as especificidades próprias desta criminalidade, propondo, por exemplo, um prazo de inquérito mais alargado quando estejamos perante crimes desta natureza. Como neste caso, todas as situações que se nos afigurem como necessitadas de intervenção legislativa para a qual tenhamos competência merecerão a nossa ponderação e actuação.

De uma última perspectiva, que obrigatoriamente se interliga com as anteriores, não descuramos igualmente a repressão. A eficácia da repressão penal é essencial para enraizar na comunidade a certeza de que os comportamentos ilícitos serão exemplarmente perseguidos e punidos.

Neste âmbito, torna-se imprescindível apostar na consolidação dos meios, logísticos e humanos do combate ao crime. O Ministério da

Justiça, consciente disso, tem feito um grande esforço para apoiar a Polícia Judiciária, reforçando os seus meios humanos e investindo na melhoria do material logístico. Só desse modo a investigação de fenómenos criminosos desta complexidade poderá ser eficaz.

Ainda sobre esta área muito se tem falado sobre a inversão do ónus da prova e do princípio da presunção da inocência. Qual a sensibilidade do ministro da Justiça em relação a estas controvérsias?

Como tenho repetidamente afirmado, estamos decididos a fazer tudo o que seja necessário para combater a corrupção, uma vez que essa luta é essencial para a manutenção do Estado de Direito democrático. Por isso mesmo, não podemos, com a justificação de combater o crime, criarmos legalmente entorses a esse Estado de Direito. Os princípios fundamentais do nosso direito penal e processual penal, alicerçados nos valores essenciais da Constituição

Qual o âmbito das alterações introduzidas no Código de Processo Penal e quais razões que as motivaram?

Para o Governo, qualquer decisão de intervenção legislativa deverá sustentar-se numa avaliação séria da realidade e dos problemas sociais, numa ponderação cuidada da necessidade de legislar e na auscultação das entidades com responsabilidade e conhecimento das matérias.

Em coerência com esse entendimento, quando entrou em vigor a revisão de 2007 do Código do Processo Penal, foi encomendada a sua monitorização ao Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, entidade independente e com provas dadas na análise das questões da Justiça. O programa do actual Governo prevê que, concluída essa avaliação, seriam apresentadas e discutidas as correcções que se afigurassem necessárias.

O Observatório fez uma avaliação globalmente positiva, mas identificou alguns aspectos pontuais que geraram estrangulamentos

“ Não me parece, pois, legítimo que precisemos de causar uma qualquer entorse ao nosso sistema constitucional e jurídico-legal para combater a corrupção

da República, são sempre a fronteira para lá da qual o combate ao crime se torna ilegítimo.

O nosso direito processual penal é claro quanto ao ónus da prova, cabendo por inteiro à acusação, em geral ao Ministério Público, a demonstração dos factos desfavoráveis ao arguido. Presumir, por exemplo, que o enriquecimento não explicado é ilícito é inaceitável. Significa introduzir uma modificação nesta estrutura acusatória que compromete o inalienável direito de defesa do arguido, que se veria obrigado a demonstrar ser inocente para evitar a condenação. O mesmo se diga, claro, quanto ao princípio da presunção de inocência. No nosso direito constitucional penal “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença condenatória”. Não me parece, pois, legítimo que precisemos de causar uma qualquer entorse ao nosso sistema constitucional e jurídico-legal para combater a corrupção.

na aplicação prática, justificando assim melhoramentos cirúrgicos na lei. Para preparar essas alterações, nomeei uma comissão de especialistas, composta por académicos, magistrados e advogados, presidida pelo secretário de Estado da Justiça. A proposta que a comissão apresentou ao Governo veio ainda a ser enriquecida por contributos das entidades que consultámos, em especial dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República, da Ordem dos Advogados e de entidades representadas no Conselho Consultivo da Justiça.

Em síntese, as alterações que propusemos à Assembleia da República têm como objectivos: reforçar a celeridade processual, simplificando os processos sumários e abreviado; aperfeiçoar o regime do segredo de justiça; e reforçar a eficácia do combate à criminalidade mais grave e complexa, aumentando os prazos do inquérito e alargando os casos em que são aplicáveis a detenção e



a prisão preventiva.

Esperamos, com a aprovação desta revisão pelo Parlamento, reforçar a eficácia da acção penal e a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Em matéria de alterações legislativas, também o Código de Processo Civil será em breve objecto de intervenções pontuais. Em que áreas se sentirão as mudanças anunciadas?

O programa do XVIII Governo consagra como objectivo uma Justiça mais célere, nomeadamente através das medidas de simplificação e desburocratização, que permitam reduzir o tempo de duração dos processos para benefício dos cidadãos e das empresas.

Tendo em vista este objectivo foi constituída a Comissão para o Processo Civil com o intuito de identificar os pontos de congestionamento nos tribunais e propor soluções. À semelhança do que foi já realizado para o processo penal, em que se estudaram as questões, identificaram as questões e só posteriormente se apresentaram soluções propostas, também as conclusões desta Comissão serão apresentadas assim que os trabalhos terminarem.

Entrou recentemente em vigor o Código de Execução de Penas. Quais as novidades incorporadas nesta legislação e qual a importância deste código?

A importância da reforma da legislação penitenciária é tanto substancial como simbólica. Simbólica, porque a feitura, pela primeira vez em matéria de execução das penas, de um Código é demonstrativa da dignidade e importância deste ramo do Direito: de facto, a intervenção penal não se esgota na sentença condenatória; a aplicação da pena é fundamental para o cumprimento das funções de prevenção do crime que as penas visam cumprir.

Substancial, porque a legislação anterior datava já dos anos 70 e carecia de actualização, face à evolução da intervenção penitenciária e da realidade social e criminal. Em boa hora se tomou a iniciativa.

Como principais inovações, destacaria, entre muitas: a enumeração, pela primeira vez, dos direitos, mas também dos deveres dos reclusos; a aposta na programação individual da execução, com base na avaliação das necessidades e riscos de cada recluso; a regulamentação do regime de segurança, aplicável aos reclusos mais perigosos; o reforço da integração do recluso na sociedade, pela sua inclusão nas políticas gerais nacionais de saúde, educação e formação (gostaria de destacar a inclusão no Sistema Nacional de Saúde); a valorização do trabalho prisional, numa lógica de empregabilidade e de preparação para uma vida responsável em liberdade; a inclusão, pela primeira vez, da consideração da vítima na execução da pena (por exemplo, pela obrigação de ter em conta a sua protecção na tomada de várias decisões; pela previsão de que a remuneração pelo trabalho

do recluso é parcialmente afectada ao cumprimento de obrigações como as prestações de alimentos ou a indemnização à vítima; pela participação em programas de justiça restaurativa, para promoção da reparação à vítima; etc.); muito significativo é o reforço da intervenção do Tribunal de Execução das Penas, incluindo do Ministério Público, que ganham um novo papel, sendo chamados a controlar a legalidade de numerosos actos da administração prisional (tais como a aplicação do regime de segurança ou do regime aberto, a aplicação das medidas disciplinares mais graves ou o plano individual de readaptação).

Finalmente, considero importante sublinhar que este Código foi precedido de trabalhos amadurecidos, baseados em contributos e recomendações de académicos, de responsáveis judiciais e penitenciários, da Provedoria de Justiça e do Conselho da Europa e enriquecidos pelas propostas de vários partidos na fase parlamentar. Lamento que alguns partidos e sectores tenham vindo a fazer um aproveitamento demagógico de uma matéria tão sensível e importante, pondo em causa a função reabilitadora das penas e confundindo e desvirtuando os papéis, que são complementares, dos serviços prisionais e dos tribunais.

No que respeita aos serviços prisionais, que avanços se registaram desde que ocupa a pasta da Justiça?

Na área dos serviços prisionais, continuámos o esforço de investimento na qualificação e reorganização dos nossos Estabelecimentos Prisionais, mantendo a aposta na reinserção e na humanização do tratamento dos reclusos e na melhoria das condições de segurança em meio prisional. Neste quadro, posso destacar o lançamento de novo concurso para ingresso de mais 300 guardas prisionais, e os traba-

O trabalho competente e de excelência que é desempenhado pela Polícia Judiciária, como é por todos reconhecido, continuará a merecer o total apoio do ministro da Justiça

lhos de preparação, que estamos a desenvolver com o máximo rigor e ponderação, de regulamentação do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade, com impacto importante na vida e organização dos nossos Estabelecimentos Prisionais.

E em relação à Polícia Judiciária quais as melhorias que lhe poderemos apontar desde que iniciou funções?

É sabido que a criminalidade, cada vez mais organizada e complexa, exige das entidades dedicadas à sua investigação um esforço suplementar, quer em termos de pessoas afectadas a este trabalho, quer em termos de instrumentos que carecem de utilizar para conseguir cumprir divididamente as funções que lhes cabem. Por essa razão o Ministério da Justiça tem se esforçado para, dentro das contingências orçamentais que são conhecidas, investir na Polícia Judiciária. A construção da nova sede, que permitirá uma racionalização de meios mais eficiente, é uma prioridade assumida. Do mesmo modo, o aumento do número de inspectores (que de 2008 para 2009 foi de 130 efectivos) é um objectivo em que se tem vindo a apostar, estando a terminar a formação de 140 inspectores e tendo já sido autorizado outro concurso.

Foram finalizados todos os procedimentos que permitiram a abertura de concurso para mais 100 inspectores para a Polícia Judiciária. Estes 100 inspectores irão actuar sobretudo no combate ao crime

económico, incluindo corrupção, e crime informático.

Para além destes 100 inspectores, irão ser contratados também 24 elementos para o pessoal de apoio à investigação, pessoal que trabalha no laboratório da PJ, que faz perícias, entre outras valências.

Tudo isto corresponde, naturalmente, a um reforço do investimento dos meios da Polícia Judiciária, por se entender que o papel que desempenha na perseguição e repressão do crime é fundamental e não pode ser descurado. O trabalho competente e de excelência que é desempenhado pela Polícia Judiciária, como é por todos reconhecido, continuará a merecer o total apoio do ministro da Justiça.

Finalmente, foram criados novos tribunais de competência especializada, designadamente em Santarém. Que importância atribui a estes tribunais no sistema judicial português?

A criação de dois de tribunais especializados de âmbito nacional, um para a propriedade intelectual e outro para questões de regulação, supervisão e concorrência inserem-se nos objectivos do Governo de obter uma Justiça célere, eficaz e apropriada.

Considerando o elevado número de pendências e o tempo médio de duração dos processos, era necessário ponderar soluções, tendo por base as necessidades de especialização de algumas matérias e o volume e complexidade processual que lhes são inerentes.

Com base nessas prioridades, ao

abrigo da aposta na especialização dos tribunais, o Ministério da Justiça ao apresentar esta proposta de lei, visa, essencialmente, a criação de Tribunais Nacionais de competência especializada para a propriedade intelectual e para a concorrência, regulação e supervisão e a fixação das competências desses novos Tribunais.

É nosso objectivo, ainda, criar o Tribunal da Relação de Santarém e o Tribunal da Relação de Faro como novas instâncias do mapa dos Tribunais da Relação.

Que outros novos tribunais pretende criar?

Em termos de construção de raiz de novos tribunais, teremos, entre outros, o Palácio de Justiça de Gouveia, com data de conclusão prevista para Outubro de 2010; o Palácio de Justiça de Oliveira do Bairro, cuja obra se inicia em Junho deste ano; o Palácio de Justiça de Penacova que prevemos esteja concluído em Novembro de 2012; o Campus de Justiça de Valongo, Aveiro e Porto, previstos para abrir em 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

Gostava de referir que a Filosofia de Campus de Justiça tem por base a junção no mesmo espaço de diferentes Tribunais, embora implique a construção de novos edifícios para os tribunais, os mesmo não são propriedade do Estado (Ministério da Justiça) mas sim do privado que os constrói, sendo em termos financeiros suportada a construção pelo IGFIJ através de um arrendamento por determinado período. No caso do Porto o arrendamento é por um período de 30 anos, no caso de Aveiro por 25 anos e no caso de Valongo estamos perante um período de arrendamento de 15 anos.

Em termos de infra-estruturas quais os projectos em curso?

A remodelação do Palácio de Justiça de Cartaxo; a remodelação da Unidade disciplinar do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus; a remodelação do Palácio de Justiça da Covilhã; a remodelação do Palácio de Justiça da Amarante; a remodelação do Palácio de Justiça de Ourém; a remodelação do Tribunal de Família e Menores de Ponta Delgada; a remodelação do Estabelecimento prisional de Linhó; a remodelação do Palácio de Justiça do Montijo; a remodelação Tribunal de Família e Menores e Tribunal do Trabalho de Viana do Castelo; a remodelação do Estabelecimento Prisional (EP) de Alcoentre; a construção do EP de Angra do Heroísmo; a construção da Sede da Polícia Judiciária, com um valor de obra de 90 milhões de euros e a sede do Instituto Nacional de Medicina Legal em Coimbra.

Estas são os principais projectos (obras) em curso, existindo um conjunto de outras obras de menor dimensão em curso, das quais destaco a ampliação de edifício da Escola da Polícia Judiciária (em Loures), cuja conclusão esta prevista para a breve. De destacar, ainda, o lançamento dos concursos dos novos EP'S previstos para Maio e Junho de 2010.

Secretariado convoca reunião da Comissão Nacional para decidir candidato presidencial

“O Secretariado Nacional tomou boa nota da candidatura de Manuel Alegre, que se situa na área do PS”, afirmou o dirigente socialista Augusto Santos Silva, adiantando que vai ser convocada para o próximo dia 29 de Maio uma reunião da Comissão Nacional, órgão máximo entre congressos, para tomar uma decisão sobre o candidato que o nosso partido apoiará nas presidenciais.

“O PS não tem o costume de marcar reuniões para tomar decisões comunicando previamente as decisões que essas reuniões vão tomar. A Comissão Nacional do PS é soberana e competirá aprovar a linha de conduta do partido no que diz respeito às próximas eleições presidenciais”, disse.

Mas, porque é preciso “ouvir todo o partido” sobre esta matéria, Augusto Santos Silva anunciou no final da reunião do Secretariado Nacional do PS, no dia 10, na sede nacional, que o secretário-geral, José Sócrates irá reunir-se com os líderes das federações, presidentes de câmaras socialistas e com o Grupo Parlamentar antes da Comissão Nacional.

Interrogado pelos jornalistas sobre se o secretário-geral poderá chegar à Comissão Nacional de dia 29 sem ter uma proposta de estratégia para o PS em relação às eleições presidenciais, Santos Silva foi peremptório: “Nunca na história do PS o líder do partido se eximiu ou furtou às suas responsabilidades de liderança. Uma das responsabilidades de liderança é fazer propostas aos órgãos de decisão competentes”.

Salientando que “as candidaturas presidenciais não de partidos mas de pessoas”, o dirigente socialista recordou, no entanto, que “o PS em todas as eleições presidenciais que o país já viveu nunca deixou de apoiar um candidato e o seu candidato. O que nós hoje estabelecemos foi o método e o calendário dessa decisão. Essa decisão será tomada pela Comissão Nacional, que é o órgão máximo entre congressos”.

Manter os compromissos eleitorais

Na conferência de Imprensa, Augusto Santos Silva afastou o cenário de as medidas de consolidação orçamental acordadas pelo



primeiro-ministro em Bruxelas implicarem quebra dos compromissos assumidos nas últimas eleições legislativas.

“Não haverá quebras de compromissos eleitorais. A Europa e todo o mundo vivem alterações radicais de circunstâncias e o que se exige às instituições políticas é que estejam à altura de responder rapidamente e correctamente às alterações de circunstâncias”, disse.

O dirigente do PS frisou que “o foco continuará a ser colocado na redução da despesa pública e tomando-se as medidas que forem

necessárias para acelerar o processo de consolidação orçamental. Mas não me refiro a nenhuma medida em particular”.

Neste contexto, o dirigente socialista reiterou que o Secretariado Nacional “não trata de matérias da exclusiva competência das orientações ao Governo, ainda por cima, como é público, quando haverá um processo de consultas também com o principal partido da oposição”.

Augusto Santos Silva sublinhou que “a orientação seguida no programa eleitoral do PS e que

tem caracterizado a orientação do partido quando assume funções de governo, seja entre 1976 e 1978, ou entre 1983 e 1985, ou 1995 e 2002 é pôr à frente de qualquer outro interesse o interesse nacional. E é do interesse nacional e europeu que estamos a falar. Portugal assumiu novos compromissos conjuntamente com os novos compromissos dos diferentes Estados-membros da zona euro”.

O secretário nacional do PS considerou ainda muito positivas as decisões tomadas no último Conselho Europeu, em Bruxelas,

no sentido de ser criado um novo fundo de 750 mil milhões de euros e de estarem previstas medidas adicionais de consolidação orçamental por parte dos Estados-membros da zona euro. “São medidas muito importantes para a salvaguarda do projecto europeu e a defesa da moeda única, o euro”, afirmou.

Augusto Santos Silva disse também que o Secretariado Nacional do PS tomou “boa nota dos compromissos assumidos, particularmente pelo primeiro-ministro, no sentido de já este ano, em 2010, atingirmos um défice orçamental de 7,3% (em vez de 8,3%) e de reduzirmos o défice em 2011 para 5,1%”, acrescentando que “são novos e mais ambiciosos objectivos orçamentais, que implicarão evidentemente medidas adicionais”.

Por isso, “em nome da direcção do PS”, apelou “à responsabilidade de todos, forças da sociedade civil, trabalhadores e empresários, mas também partidos, em particular os do arco da governação”, porque, salientou, “este esforço que se vive em toda a Europa, para acelerar o processo de consolidação das contas públicas, exige coragem, determinação, orientação política clara”, características que “encontramos no Governo português e que esperamos também possam orientar a posição dos diferentes parceiros políticos e sociais”. J. C. C. B.

ELEIÇÕES NAS FEDERAÇÕES AGENDADAS PARA OUTUBRO

NA REUNIÃO do Secretariado Nacional ficou também decidido marcar as eleições para a escolha dos delegados e dos novos presidentes das federações do PS para os dias 8 e 9 de Outubro.

De acordo com o calendário aprovado, o prazo-limite para a formalização de candidaturas aos cargos de presidentes de federações decorrerá até 24 de Setembro.

Já os congressos federativos socialistas terão lugar nos dias 23 e 24 de Outubro, ou seja, 15 dias depois da realização das eleições de delegados e da escolha do presidente da federação.

De salientar que o secretário nacional adjunto para a Organização, André Figueiredo, ouviu os presidentes das federações sobre esta matéria, tendo recolhido a opinião generalizada de que, segundo “o escrupuloso” cumprimento dos estatutos, o mandato deveria ter um período de dois anos, à excepção do líder da Federação do Porto, camarada Renato Sampaio, que defendeu a antecipação das eleições, acabando no entanto por reconsiderar a sua posição e manifestar o seu acordo com o “timing” previsto.

Face a esta unanimidade no sentido de todas as estruturas descentralizadas do partido ficarem eleitas ainda este ano, cumprindo os estatutos, o Secretariado Nacional decidiu agendar as eleições para Outubro.

“Com o calendário agora acordado, ficam todas as estruturas descentralizadas do PS empossadas em 2010, permitindo assim que estejam mobilizadas e preparadas para responder da melhor maneira aos actos eleitorais que se avizinham”, afirmou o dirigente socialista André Figueiredo.

Portugal avança para uma maior redução do défice

Numa acção concertada com os líderes da zona euro para proteger as economias dos especuladores sobre moeda única e evitar uma “crise sistémica”, o Governo de José Sócrates decidiu que Portugal vai baixar a meta do défice para este ano dos 8,3 pontos percentuais previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 7,3%.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 7 de Maio, no final da cimeira extraordinária de chefes de Estado e de Governo da zona euro que decorreu em Bruxelas, ocasião em que alertou para o facto de a Europa estar a passar “por um momento da verdade” que exige “acção e determinação”.

NA OCASIÃO, o primeiro-ministro adiantou que o Executivo português, no quadro do esforço para acelerar as medidas de consolidação orçamental, entende necessário implementar “novas medidas”, entre as quais o adiamento de grandes investimentos públicos.

“Estou a pensar justamente em todos os investimentos que não foram ainda adjudicados, como é o caso da terceira travessia do Tejo ou do novo aeroporto de Lisboa, para que os possamos lançar num momento em que a estabilização financeira regressar aos mercados e possa haver maiores garantias de financiamento”, declarou.

Sócrates garantiu que não mudou de opinião sobre a importância das grandes obras públicas, reafirmando que os investimentos que já estão adjudicados irão prosseguir e apenas serão adiados para uma altura mais oportuna aqueles que ainda não estão contratados.

“Essas obras continuam a ser absolutamente indispensáveis à modernização do país”, afirmou, considerando “razoável”, porém,

“esperar que a situação financeira estabilize de forma a poder lançá-las”.

O primeiro-ministro explicou que a medida se insere no quadro da decisão assumida pela zona euro de todos os 16 países do espaço monetário único acelerarem as medidas de consolidação orçamental para oferecer mais confiança aos mercados.

Pelo lado de Portugal, revelou, deu conta aos seus colegas da decisão de “descer o défice este ano para além do que tinha sido aprovado no PEC”.

“Decidimos que essa meta deve ser reduzida. O Governo português decidiu descer o défice este ano para 7,3 e assim aproximar-se-á do que é a média da União Europeia”, vinçou.

Lembrando que o PSD foi o único partido da oposição a aprovar o PEC, e defendendo que a decisão de descer num ponto percentual suplementar na redução do défice português já este ano “responde aos superiores interesses do país e da Europa”, José Sócrates disse que tenciona discutir com Pedro Passos Coelho as novas medidas que neces-



sariamente terão de ser tomadas e adoptadas no curto prazo.

Relativamente à cimeira realizada na capital belga, Sócrates disse que, face à “situação excepcional” e à “crise sistémica” que ameaçam toda a zona euro – e não apenas um país individualmente –, os líderes decidiram criar “um mecanismo excepcional comunitário para defender a estabilidade financeira”, e que será, na prática, um fundo de 750 mil milhões de euros para apoiar para países confrontados com dificuldades financeiras sem precedentes.

Os líderes do mercado da moeda única europeia aprovaram também e definitivamente um mecanismo financeiro de ajuda à Grécia de 110 mil milhões de euros para três anos (2010-2012), que consiste em empréstimos bilaterais dos países da moeda única, no valor de 80 mil milhões de euros, acrescida de uma contribuição Fundo Monetário Internacional (FMI) de 30 mil milhões de euros.

Decidiram igualmente acelerar a redução dos défices públicos, reforçar as regras orçamentais nacionais no seio da UE, de

forma a não se repetir um caso como o da Grécia, e apoiar a acção do Banco Central Europeu para assegurar a estabilidade da zona euro, tendo manifestado também a sua confiança no Banco Central Europeu para a defesa da estabilidade da moeda única.

A zona euro chegou ainda a acordo para avançar rapidamente na regulação dos mercados financeiros e no controlo das agências de classificação do risco – cujo papel no agravamento da crise da dívida grega tem sido fortemente criticado – e em práticas de controle ligados a fundos altamente especulativos.

Entretanto, no passado dia 9 de Maio, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta para o mecanismo de estabilização e defesa da zona euro por ocasião no Conselho Extraordinário de Ministros das Finanças da União Europeia, onde foi aprovada.

O ministro das Finanças português anunciou, no final desta reunião, um reforço das medidas de consolidação orçamental por parte de Lisboa, com vista a reduzir o défice previsto para 2011 em 1,5%.

“Em 2011 iremos prosseguir com esse esforço adicional de consolidação com mais 1,5 pontos percentuais do PIB relativamente ao que estava previsto”, disse Teixeira dos Santos.

Assim, o desequilíbrio das contas do Estado previsto para 2011 passa dos iniciais de 6,6% do Produto Interno Bruto para 5,1%.

De acordo com as previsões do Executivo liderado por José Sócrates, esta alteração da trajectória inicial de consolidação orçamental deverá traduzir-se num aumento de confiança dos mercados financeiros na economia portuguesa. M.R.

Apesar da crise internacional

PIB nacional com o maior crescimento de toda a UE

A ECONOMIA portuguesa está a demonstrar “boa capacidade” de recuperação, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ao reagir aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2010.

Segundo o INE e o Eurostat, Portugal apresenta o maior crescimento económico de toda a União Europeia (UE) em termos de variação trimestral (1,0%) e o segundo maior em termos de variação homóloga (1,7%).

“Estes números revelam uma boa capacidade de recuperação da economia portuguesa, tendo em conta que é o sector exportador que dá aqui um contributo positivo neste crescimento”, referiu Teixeira dos Santos, reforçando a necessidade do país continuar a apostar no reforço da competitividade.

Por outro lado, de acordo com Teixeira dos Santos, os valores divulgados dão “conforto” ao Governo para considerar que a previsão para o comportamento da economia no conjunto de 2010 (de um crescimento de 0,7%) é “acertada

e realista”.

Segundo o titular da pasta das Finanças, o país encontra-se, neste momento, a braços com dois desafios diferentes.

Por um lado, explicou, o relançamento da actividade económica e a recuperação do crescimento nacional e, por outro lado, as medidas de consolidação orçamental, que são essenciais, uma vez que é necessário “gerar condições de reforço da confiança dos mercados internacionais na economia portuguesa”.

“Para isso, é importante não só que a econo-

mia dê sinais positivos, mas é também importante que nós, na nossa política orçamental, consigamos dar sinais de empenhamento e esforço de consolidação orçamental que é mais exigente, atendendo às condições do mercado”, vinçou.

Depois dos compromissos assumidos por Portugal perante Bruxelas, é assim “fundamental”, no entendimento de Teixeira dos Santos, que os sinais sejam dados de forma a recuperar a confiança dos investidores na economia portuguesa. M.R.

Obras do troço da alta velocidade ferroviária arrancam entre Poceirão e Caia

A DECISÃO está tomada. Foi assinado no sábado, dia 8 de Maio, o primeiro contrato do projecto de alta velocidade ferroviária referente ao troço entre Poceirão e Caia, que fará parte da futura linha de alta velocidade Lisboa-Madrid, iniciativa que vai permitir finalmente que a obra arranque no terreno.

Para o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, a assinatura deste contrato representou, antes demais “um pró-forma administrativo”, mas também a fase final de um processo “realizado ao longo de meses” e que passou pela notificação da adjudicação, pela aprovação em Conselho de Ministros das bases de concessão e pela promulgação do Presidente da República.

Com o avanço do projecto de alta velocidade ferroviária, o país, na opinião de António Mendonça, “dá um passo em frente na sua modernização”, passando a situar-se num “patamar superior de competitividade, de atractividade e de produção de sinergias económicas no plano das relações económicas” entre Portugal e Espanha.

Para além disso, salientou ainda, trata-se de “uma necessidade, para que o país possa reforçar as suas ligações internacionais e ter impactos positivos em termos económicos e na qualificação do seu tecido empresarial”.

O investimento global do troço Poceirão-Caia ascende a cerca de 1500 milhões de euros, valor que



inclui os custos do investimento e os encargos inerente à manutenção ao longo dos 40 anos da vida da concessão.

Quanto ao adiamento da construção da terceira travessia do Tejo, que irá assegurar em linha de alta velocidade a ligação entre

Lisboa e Madrid, António Mendonça justificou esta prorrogação com “as dificuldades económicas e financeiras actuais”, referindo,

contudo, que apesar deste adiamento, a linha de alta velocidade entre as duas capitais ibéricas “não está em causa” e que estará em funcionamento, tal como está programado, em 2013.

Mendonça fez contudo questão de recordar que esta obra, que fará a ligação entre as duas margens do Tejo, e por se tratar de uma iniciativa que resulta de uma parceria público-privada, “está mais dependente das condições de mercado para o seu financiamento”, o que em sua opinião, “constitui uma diferença significativa” face às obras do troço Poceirão-Caia agora adjudicado. R.S.A.

PS/PORTALEGRE SAÚDA AVANÇO DO TGV

SATISFEITOS com a assinatura do contracto ficaram os socialistas de Portalegre que consideraram já a medida “estruturante para a região alentejana”, sublinhando em comunicado o presidente do PS/Portalegre, Rui Simplicio, que o TGV é um projecto nacional de modernidade, “economicamente reprodutivo e estruturante para a região”, o que dará “um novo ânimo para a

construção da plataforma logística de Elvas”, obra esta que será indutora da criação de novas empresas e de mais empregos, o que irá “beneficiar todo o distrito”, ajudando simultaneamente ao reforço e consolidação do tecido económico local.

Na opinião de Rui Simplicio, trata-se de uma “oportunidade única” aquela que o TGV e a plataforma logística de Elvas poderão trazer para o desenvolvimento sustentado da região norte alentejana, criando mais-valias importantes ao nível do transporte de pessoas e bens.

Investimento público em rodovias portuenses gera mobilidade e emprego

COM a entrada em funcionamento da A41, conhecida por circular do Porto, anunciada para em Abril de 2011, “a redução de trânsito na VCI pode atingir 20%”, afirmou o deputado socialista João Paulo Correio durante uma visita às obras desta auto-estrada que reuniu dez parlamentares do PS eleitos pelo círculo portuense.

Prevê-se que a A41, entre o Picoto (IC2) e o nó da Ermida (IC25) venha a retirar grande quantidade de trânsito da via de cintura interna, uma vez que quem quiser passar pelo Porto, em direcção a norte ou a sul, deixará de atravessar a cidade, e usar as pontes da Arrábida ou do Freixo, como acontece actualmente.

Segundo enfatizou João Paulo Correia, a A41 irá retirar “milhares de carro à VCI, além de melhorar a fluidez e a segurança do trânsito”.

Mas a visita dos deputados socialistas, realizada no dia 10 de Maio, estendeu-se a obras de mais duas acessibilidades rodoviárias.

A primeira paragem dos parlamentares foi numa nova estrada, paralela à A29, com cerca de um quilómetro, e que implicou um investimento de 1,5 milhões de euros, tendo aberto ao trânsito no passado dia 12.

Trata-se de um troço que desaparecera com a construção da A29 e que, ao ser agora repositado, permitirá aos habitantes da urbanização dos prazeres, em Rechousa, freguesia de Canelas, Gaia, voltar a aceder rapidamente à A29.

De seguida, o grupo de deputados do PS parou na A32, uma auto-estrada que ligará São João da Madeira aos Carvalhos, com 34,7 quilómetros e oito nós.

Ao concluir a visita às três obras,

que consideraram “emblemáticas em termos de mobilidade no distrito do Porto”, os deputados socialistas salientaram que estas empreitadas fazem com que o Porto esteja “muito acima da média nacional” no que diz respeito à oferta de infra-estruturas viárias.

Em Canelas, os parlamentares lembraram que foi graças à acção do anterior Governo também liderado pelo camarada José Sócrates que a via paralela à A29 foi desbloqueada, depois de suspensa desde 2004.

Os deputados destacaram que estes investimentos públicos (872 milhões de euros) de iniciativa governamental, há muito reivindicadas pelo distrito do Porto, “vêm contribuir decisivamente para a melhoria da mobilidade metropolitana, beneficiando centenas de milhares de cidadãos e gerando milhares de postos de trabalho”.

TÚNEL DO MARÃO SIMBOLIZA O FUTURO

“ESTA é uma obra que simboliza o futuro”, afirmou o primeiro-ministro, no dia 5, durante uma visita às obras do Túnel do Marão, inserido na auto-estrada que vai ligar Vila Real a Amarante. Trata-se do maior túnel rodoviário da Península Ibérica, com 5,8 quilómetros, e que constitui, nas palavras de José Sócrates, “um acto de justiça e solidariedade para com a região”.

Sócrates considerou que o reinício da obra, que esteve parada durante seis meses devido a uma providência cautelar interposta por uma empresa, é importante para os 400 trabalhadores que retomaram o trabalho, para as 1300 pessoas que vão trabalhar no total da concessão e para as 89 empresas envolvidas no empreendimento.

Mas, o chefe do Governo salientou ainda que a nova auto-estrada, que representa um investimento inicial de construção de 373 milhões de euros, é uma obra de grande importância para o país, para a economia e para o emprego, mas também “m investimento na melhoria da segurança rodoviária e que vai poupar vidas”.

É ainda, sublinhou, uma via que vai ligar “pela primeira vez os de cá com os de lá do Marão, acabando com a ideia de que para cá do Marão mandam os que cá estão”.

Por isso, frisou, “a partir desse momento as pessoas para cá do Marão sentir-se-ão mais ligadas aos outros. Porque finalmente o país fez justiça com Trás-os-Montes”.

Durante a visita às obras, o primeiro-ministro defendeu, uma vez mais, que apesar da crise, “o país não pode parar”, fazendo questão de cumprimentar muitos dos trabalhadores a quem dirigiu palavras de incentivo: “Isto vai para a frente”, e “agora não há andar para trás, é para a frente”, afirmou.

Vieira da Silva salienta potencial de crescimento do mercado francês

A IMPORTÂNCIA para as empresas exportadoras nacionais de terem como uma prioridade da sua estratégia o mercado francês, que dá sinais claros de retoma e apresenta um potencial de crescimento dos mais elevados da Europa, foi defendida pelo ministro da Economia, Vieira da Silva.

O governante falava aos jornalistas no Estoril, no final de um encontro com cerca de duas dezenas de representantes de empresas portuguesas com interesses em França, reunião presidida pelo primeiro ministro, José Sócrates, e que antecedeu a cimeira luso-francesa.

Nesta reunião preparatória, estiveram presentes sobretudo representantes de empresas nacionais ligadas aos sectores das energias renováveis, mobilidade eléctrica e do sector agro-alimentar, que são áreas consideradas prioritárias pelo Governo do PS nos seus objectivos de crescimento em termos de presença no mercado francês.

Segundo Vieira da Silva, Portugal parte para a reunião de alto nível com o Governo francês



“com o objectivo de reforçar os laços de cooperação com França, que é um dos principais mercados em termos de destino de

produtos nacionais e que tem um potencial de crescimento dos mais significativos da Europa”.

O ministro da Economia, da

Inovação e do Desenvolvimento salientou que “a França é uma das economias que menos sofreram com a recessão e dá sinais de

retoma interessantes”, acrescentando que “isso foi confirmado por vários dos empresários que têm negócios em França, cujas carteiras de encomendas estão a reagir mais positivamente do que em outros países”.

Neste contexto, Vieira da Silva considerou “importante que se melhorem as condições da presença das empresas portuguesas em França, que é um dos nossos principais mercados de exportação”.

“Há algumas áreas que seleccionámos como a das energias renováveis, a mobilidade eléctrica uma nova linha de desenvolvimento do sector automóvel e a fileira agro-alimentar. Na área agro-alimentar, apesar de França ser uma das principais potenciais mundiais, tem vindo a crescer a apetência pela oferta nacional”, disse.

Entre as cerca de 20 empresas presentes no encontro do Estoril estiveram a EDP, a REN, a Galp, a Fulact, a Novabase, a Sogrape, a Altitude, a Tecnilab, assim como o vice-presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Jorge Henriques.

ALTERAÇÕES AO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO VISAM RÁPIDO RETORNO À VIDA ACTIVA

A REVISÃO do regime de subsídio de desemprego tem como objectivo fomentar o rápido regresso dos desempregados ao mercado de trabalho, não a poupança, clarificou a ministra do Trabalho, Helena André, no final da reunião de concertação social que decorreu no passado dia 5 de Maio.

Questionada pelos jornalistas sobre a estimativa do Governo de uma poupança na ordem dos 40 milhões de euros, a titular da pasta do Trabalho fez questão de reforçar que “estas medidas nunca tiveram a ver com a poupança, mas sim com fazer voltar os desempregados, o mais rapidamente possível, ao activo”.

Helena André explicou a necessidade de apressar o regresso dos desempregados ao mercado de trabalho com o facto de estes não contribuírem para a produção de riqueza nem para os impostos.

“E isso afecta a todos”, argumentou.

A proposta apresentada pelo Governo e discutida com os parceiros sociais prevê que o montante mensal do subsídio de desemprego não possa ser nunca superior a 75% do valor líquido da remuneração de referência.

O Executivo propõe igualmente como “emprego conveniente” aquele que garante uma retribuição de valor igual ou superior à prestação de desemprego, acrescida de 10% se a oferta de emprego ocorrer nos primeiros doze meses.

O texto do Governo prevê ainda uma maior flexibilização do regime de acumulação de rendimentos de trabalho com prestações de desemprego, nomeadamente com o subsídio de desemprego parcial. **M.R.**



Abordagem intermodal de transportes é crucial na Europa em situações de crise

AS DECISÕES do Governo em matéria de transportes e obras públicas têm a ver com aquilo que é importante para o país e, particularmente, para o desenvolvimento da economia portuguesa, afirmou o ministro dos Transportes, António Mendonça, à saída de uma recente encontro realizado em Bruxelas com os seus homólogos da União Europeia (UE).

Questionado pelos jornalistas sobre a iniciativa de um grupo de ex-responsáveis pelas Finanças que solicitaram uma audiência ao Presidente da República para contestar a realização de grandes investimentos em obras públicas na actual situação de crise financeira, o titular da pasta dos Transportes deixou claro que o Executivo liderado por José Sócrates só assume responsabilidades pelas suas decisões.

E rematou dizendo que esses antigos governantes “tiveram o seu tempo e as suas responsabilidades próprias”.

Refira-se que os ministros dos Transportes da UE debateram, no passado dia 4, a crise provocada pela erupção de um vulcão na Islândia, que afectou milhares



de voos em todo o mundo, em meados de Abril.

Segundo António Mendonça, nesta reunião foi reconhecida a importância de haver na Europa uma abordagem intermodal para resposta a situações de crise.

“Temos que olhar para a Europa e para os transportes de uma for-

ma integrada, em que cada modo – o modo aéreo, o rodoviário e o ferroviário – tem o seu papel e a sua vocação específica”, disse.

No que respeita a Portugal, sublinhou, “ter boas ligações ferroviárias à Europa é fundamental para responder a situações de crise, como a do vulcão”. **M.R.**

Assis considera crise grega resultado de ofensiva especulativa

A AJUDA financeira de Portugal à Grécia, num montante de cerca de dois mil milhões de euros, foi considerada positiva pelo presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, referindo, no entanto, que a crise grega resulta de “uma ofensiva especulativa”.

“A Europa já compreendeu que este ataque à Grécia é, na verdade, um ataque a todo o projecto europeu”, disse Assis, acrescentando que este é o momento em que a União Europeia (UE) terá de se afirmar como “um espaço solidário”.

O líder parlamentar socialista reagiu no dia 4, desta forma, ao anúncio feito dois dias antes pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, relativo ao empréstimo português de 2064 mil milhões de euros à Grécia, no âmbito do pacote de apoio que os países da zona euro irão conceder aquele país.

“Portugal tem de participar neste esforço. Trata-se da concessão do valor máximo de um empréstimo, que poderá ou não ser utilizado de acordo com as necessidades futuras das finanças gregas. É uma decisão importante, no momento em que a Europa tem de se afirmar como um espaço solidário”, afirmou.

Francisco Assis defendeu ainda que o próximo passo consiste em “explicar aos portugueses” a importância desta decisão e o respectivo significado.



“Quando um país europeu é atacado, toda a Europa deve reagir. Hoje, a Europa está a acudir a Grécia, amanhã poderá ter de acudir qualquer outro país que seja objecto de uma ofensiva especulativa”, frisou, salientando que o empréstimo “não tem qualquer impacto” na dívida pública portuguesa.

Por outro lado, o líder da bancada parlamentar socialista sustentou que hoje que “faria sentido” a União Europeia avançar com processos judiciais contra as agências de “rating”, à semelhança do que está a suceder em alguns estados norte-americanos.

“Essas medidas só teriam sentido se fossem aplicadas no espaço europeu”, afirmou Francisco Assis, explicando que eventuais processos judiciais por parte de um único Estado-membro “não teriam qualquer tipo de utilidade, sobretudo, quando está a ser vítima de ofensivas

especulativas por parte dessas agências”.

Neste contexto, considerou ser “evidente que, a nível europeu, há aqui um caminho a prosseguir. Um deles passará por nós, socialistas do espaço europeu, que temos defendido isso, passando até pela criação de uma agência de notação europeia”. Um caminho que, na opinião do líder do Grupo Parlamentar do PS, deveria passar por ser a própria UE “a promover a criação dessa agência”.

Assis referiu ainda que “esta crise deve levar-nos a tirar lições e algumas delas têm que ver com a necessidade de estabelecer outros mecanismos de regulação e outras formas de dotação”, frisando que a crise actual tem “uma componente de ataque ao euro”, que se traduz “em sucessivos ataques especulativos” aos países com economias mais fracas.

OPINIÃO



LÚIS NAZARÉ
Economista

A debilidade dos mecanismos de solidariedade financeira no seio da zona euro é real e notória. Sem esses dispositivos, qualquer crise num Estado-membro pode conduzir à ruptura do sistema

A MATILHA

ESTÁ à vista de todos – o euro está a sofrer um ataque feroz, o mais violento de que há memória desde a sua criação. A coligação de interesses especulativos e antieuropeus vive momentos de indizível felicidade perante as dificuldades do Velho Continente, embora receie o efeito de ricochete sobre o sistema financeiro norte-americano. Só assim se explicam as chamadas telefónicas de Obama para Merkel, apelando ao empenhamento alemão na resolução do problema grego.

Recordemos que a actual crise económico-financeira se desencadeia a partir dos Estados Unidos com a chamada bolha do *subprime* (excesso de crédito hipotecário concedido pela banca + risco elevado + ganância dos agentes de mercado + desinformação dos consumidores), a que se sucede a falência do banco Lehman Brothers. A partir daí, num efeito-dominó, a crise alastra à banca europeia, pondo a nu as fragilidades do sistema bancário, o descontrolo das contas públicas de alguns países e a ausência de mecanismos europeus de solidariedade financeira para a defesa da sua moeda e dos momentos mais difíceis dos seus estados-membros.

As situações de incumprimento nos Estados Unidos estão longe de ser raras. Muito recentemente, o estado da Califórnia esteve à beira da bancarrota. Há algum tempo atrás, o mesmo tinha acontecido ao estado de Nova Iorque e a outros. A diferença é que nos Estados Unidos as instituições federais estão lá para actuar sempre que é preciso, assegurando a coesão do sistema. Na Europa, falha de mecanismos federais, o mesmo não acontece. E assim o efeito-dominó alastrou.

Primeiro, houve que salvar a pele de alguns bancos – entre os quais os portugueses BPN e BPP –, à custa de centenas de milhares de milhões de euros. Podemos legitimamente perguntar-nos se o esforço valeu a pena, para quem passou anos a fio a enganar os consumidores e os aforradores. Mas é bem possível que as consequências tivessem sido bem mais devastadoras se não o tivéssemos feito. Depois, sobreveio a crise das contas públicas de alguns estados-membros da zona euro.

A Grécia, que passou demasiado tempo a iludir as estatísticas e a fazer de cigarra, transformou-se no detonador por que os especuladores internacionais ansiavam. Os riscos de incumprimento da sua dívida pública abriram as portas da jaula onde as agências de rating e os especuladores mais vorazes se encontravam – exactamente os mesmos que haviam pactuado escandalosamente com as práticas mais obscenas

das instituições financeiras que provocaram a crise. “O comportamento de rebanho dos mercados é, na verdade, de matilha – uma matilha de lobos” – afirmou, com notável a-propósito, o ministro das Finanças sueco na cimeira do fim-de-semana passado.

Ainda mais contundente tem sido o prémio Nobel Paul Krugman na sua denúncia das práticas especulativas dos “mercados” e, em especial das agências de rating, que acusa, sem papas na língua, de práticas de corrupção passiva. É bom recordar que as três grandes agências de rating mundiais, aquelas que classificam a seu bel-prazer a qualidade das dívidas empresariais e nacionais, são norte-americanas de berço e enfermam do preconceito antieuropeu comum nos Estados Unidos (e um pouco também no Reino Unido). Para elas, a dívida dos países do sul é duvidosa, a dos anglo-saxões segura. Para elas, o dólar é o refúgio certo, o euro uma ameaça.

Seria incorrecto, porém, assacar todas as culpas da crise do euro às malvadezas dos especuladores. A debilidade dos mecanismos de solidariedade financeira no seio da zona euro é real e notória. Sem esses dispositivos, qualquer crise num estado-membro pode conduzir à ruptura do sistema. Hoje é a Grécia. Amanhã poderá ser a Irlanda, Portugal ou a Espanha. Num futuro não muito longínquo, o Reino Unido ou mesmo a França.

Por isso, o Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia decidiu, no passado fim-de-semana, criar um Fundo de Estabilização Financeira, que contará com uma dotação de 750 mil milhões de euros, numa tentativa de estancar os ataques à moeda europeia. Este fundo permitirá acudir, no limite de 60 mil milhões de euros, aos países em dificuldades, em troca da adopção de políticas financeiras austeras. É uma boa notícia, embora o seu efeito tranquilizante sobre os mercados financeiros não esteja ainda adquirido. Outra boa notícia é a criação de um novo mecanismo, dotado de 440 mil milhões de euros, destinado a socorrer países com dificuldades na balança de pagamentos, através de garantias fornecidas pelos países da zona euro, na proporção das suas participações no Banco Central Europeu.

Mas não tenhamos ilusões: com mais ou menos agências de rating, mais ou menos especuladores, Portugal tem de disciplinar as finanças públicas, reduzindo a sua despesa corrente, aumentando os níveis de poupança das famílias e estimular a competitividade do tecido económico. Uma equação difícil de resolver, mas para a qual os portugueses saberão encontrar a resposta certa.

res publica
FUNDAÇÃO

Já à venda
a nova edição



CONCELHIAS E SECÇÕES EM PROCESSO ELEITORAL

O Partido Socialista, no cumprimento das suas regras estatutárias, realizou eleições para as concelhias e secções para o mandato 2010/2012 durante Março e Abril.

Assim, foram eleitos os presidentes das comissões políticas concelhias que

integram as federações do Algarve, Aveiro, Baixo Alentejo, Braga, Castelo Branco, Évora, FAUL, Guarda Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Os restantes actos eleitorais, nomeadamente nas concelhias de

Bragança, Coimbra e FRO, decorrem até ao fim deste mês.

O "Acção Socialista" faz nesta edição o elenco dos camaradas até agora eleitos ou reeleitos presidentes das concelhias, dando a conhecer, ao mesmo tempo, os rostos das lideranças locais.

ALGARVE

ALBUFEIRA
Fernando Manuel Sousa Gregório

ALCOUTIM
Francisco Alho Xavier (RE)

CASTRO MARIM
Célia Paula Palmeiro Brito

FARO
João Manuel Godinho Marques

LAGOA
José Aguas da Cruz

LAGOS
Paulo José Dias Morgado (RE)

MONCHIQUE
Carlos Alberto Santos Tuta (RE)

OLHÃO
António Miguel Ventura Pina (RE)

PORTIMÃO
Luís Manuel Carvalho Carito

SÃO BRÁS DE ALPORTEL
José Carmo Correia Martins

SILVES
João José Ferreira

TAVIRA
Jorge Manuel Nascimento Botelho (RE)

VILA DO BISPO
Francisco Guilherme Cruz

VILA REAL S. ANTÓNIO
Jovita Fátima Romano Ladeira (RE)

ÁREA URBANA LISBOA

AMADORA
Carla Maria Nunes Tavares (RE)

ARRUDA DOS VINHOS
Augusto Salgueiro (RE)

AZAMBUJA
Joaquim Ramos (RE)

CASCAIS
Alípio Marques Magalhaes Fernandes (RE)

LISBOA
Rui Paulo Figueiredo (RE)

LOURES
Carlos Alberto Dias Teixeira (RE)

MAFRA
Sérgio Mota (RE)

ODIVELAS
Susana Fátima Carvalho Amador (RE)

OEIRAS
Marcos Sá Rodrigues (RE)

SINTRA
Rui José Costa Pereira (RE)

VILA FRANCA DE XIRA
Fernando Paulo Ferreira (RE)

AVEIRO

ÁGUEDA
José Carlos Raposo Marques Vidal (RE)

ALBERGARIA-A-VELHA
Carlos Lemos

ANADIA
José Coelho

AROUCA
António Brandão Ferreira Tavares (RE)

AVEIRO
Eduardo Feio

CASTELO DE PAIVA
José Carvalho

ESPINHO
José Mota

ESTARREJA
Marisa Conceição Correia Macedo (RE)

ÍLHAVO
José Marinho Vaz (RE)

MEALHADA
Rui Manuel Leal Marqueiro (RE)

MURTOSA
Augusto Vidal Leite (RE)

OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Joaquim Jorge Ferreira

OVAR
Luís Manuel Pereira M C Alves (RE)

SANTA MARIA DA FEIRA
Alcides Alves Branco Carvalho (RE)

SÃO JOÃO DA MADEIRA
Pedro Nuno Oliveira Santos (RE)

VALE DE CAMBRA
Teresa Maria Gonçalves

BAIXO ALENTEJO

ALJUSTREL
Jorge Coelho

ALMODÓVAR
João Manuel Luz Saleiro (RE)

BARRANCOS
António Carlos Oliveira T. Marcelo (RE)

BEJA
Rui Sousa Santos

CASTRO VERDE
Leandro José Almeida Gonçalves (RE)

CUBA
Francisco Arsanas

FERREIRA DO ALENTEJO
Aníbal Sousa Reis Coelho Costa (RE)

MÉRTOLA
Mário Avelino Silva Martins (RE)

MOURA
Carlos Calhau

ODEMIRA
Ricardo Filipe N. C. Marreiros Cardoso (RE)

OURIQUE
Pedro Nuno Raposo Prazeres Carmo (RE)

SERPA
António José Patinho Pereira (RE)

VIDIGUEIRA
António Francisco Cano Mendes Pinto (RE)

VILA NOVA DA BARONIA
Joaquim António Rasgadinho Santos (RE)

BRAGA

BARCELOS
Domingos Ribeiro Pereira (RE)

BRAGA
Francisco Soares Mesquita Machado (RE)

CABECEIRAS DE BASTO
Serafim China Pereira (RE)

ESPOSENDE
João Maria Sousa Nunes Silva (RE)

FAFE
Antero Silva O. Barbosa Fernandes (RE)

GUIMARÃES
Domingos Bragança Salgado (RE)

PÓVOA LANHOSO
Belarmino Marques Dias

TERRAS BOURO
Guilherme José Coelho Alves (RE)

VIEIRA DO MINHO
Jorge Augusto Abreu Dantas (RE)

VILA NOVA FAMALICÃO
Fernando Ribeiro Moniz (RE)

VILA VERDE
Carlos Fernando Pereira Alves Mendes

VIZELA
Dinis Manuel Silva Costa

CASTELO BRANCO

BELMONTE
Vítor Nunes

CASTELO BRANCO
João Carlos Marcelo (RE)

COVILHÃ
Luís Miguel Nascimento

FUNDÃO
Vítor Manuel Reis Borges S. Cunha (RE)

IDANHA-A-NOVA
Álvaro José Cachucho Rocha (RE)

PENAMACOR
Porfírio Correia Saraiva (RE)

SERTÃ
Victor Manuel Carmo Cavalheiro (RE)

VILA DE REI
Martins Viana (RE)

VILA VELHA DE RÓDÃO
António Tavares P. Carmona Mendes (RE)

ÉVORA

ALANDROAL
João José Martins Nabais (RE)

BORBA
Ângelo João Guarda Verdades Sá (RE)

ESTREMOZ
José Pena Sádio

ÉVORA
Manuel Francisco Grilo Melgão (RE)

MONTEMOR-O-NOVO
Joaquim Bastos

MORA
António Inácio Godinho Henriques (RE)

MOURÃO
José Manuel Santinha Lopes (RE)

PORTEL
Bernardo José A. Nascimento (RE)

REDONDO
Domingos Ricardo L. C. Freixial (RE)

REGUENGOS MONSARAZ
José Gabriel Paixão Calixto (RE)

VENDAS NOVAS
Joaquim Luís Silva (RE)

VILA VIÇOSA
Francisco António Rato Chagas (RE)

GUARDA

AGUIAR DA BEIRA
Rita Mendes

ALMEIDA
António Fantasia

CELORICO DA BEIRA
José Luís Souto Cabral (RE)

FIGUEIRA CASTELO RODRIGO
Carlos Alberto Nunes Panta (RE)

FORNOS ALGODRES
António José Elvas Rocha (RE)

GOUVEIA
Armando José Santos Almeida (RE)

GUARDA
Nuno Almeida

MANTEIGAS
Rui Massano Carvalho (RE)

MEDA
Cláudio Jorge Heitor Rebelo (RE)

PINHEL
Francisco José Coelho Dias (RE)

SABUGAL
Nuno Alexandre Sanches Teixeira (RE)

SEIA
Filipe Camelo

VILA NOVA DE FOZ CÔA
Vítor Daniel Carvalho Magalhães (RE)

LEIRIA

ALCOBAÇA
António Aniceto

ALVAIÁZERE
Paula Reis

ANSIÃO
Silvério Domingues (RE)

BATALHA
Joaquim Jesus

BOMBARRAL
António Joaquim C. Fialho Marcelino (RE)

CALDAS DA RAINHA
Jorge Manuel Santos Sobral (RE)

CASTANHEIRA DE PERA
Fernando José Pires Lopes (RE)

FIGUEIRÓ DOS VINHOS
Carlos Alberto David Santos Lopes (RE)

LEIRIA
José Alves

MARINHA GRANDE
Ricardo Lopes

NAZARÉ
Walter Chicharro

ÓBIDOS
Carlos Timóteo

PEDRÓGÃO GRANDE
Paulo Alexandre Carvalho Silva (RE)

PENICHE
Jorge Gonçalves

POMBAL
Adelino Gonçalves Mendes (RE)

PORTALEGRE

ALTER DO CHÃO
Virgílio Adriano Mouro Vidinha (RE)

ARRONCHES
Amílcar Trindade Belchior

AVIS
Tiago Antunes

CAMPO MAIOR
Manuel Rui Azinhais Nabeiro (RE)

CASTELO DE VIDE
Cecília Jesus N. C. Videira Oliveira (RE)

CRATO
José Correia Luz (RE)

ELVAS
Elsa Grilo

FRONTEIRA
Joaquim José Leitão Romano

GAVIÃO
Jorge Manuel Martins Jesus (RE)

MARVÃO
António Raposo Machado

MONFORTE
Miguel Alexandre Ferreira Rasquinho (RE)

NISA
Marco António B. Lourenço Oliveira (RE)

PONTE SOR
José Fernando Almeida Coelho (RE)

PORTALEGRE
João Realinho

SOUSEL
Joaquim Francisco C. Pinto

PORTO

AMARANTE
Ercília Costa

BAIÃO
Manuel Eduardo Guizado Durão

FELGUEIRAS
Eduardo Alberto L. Bragança Cunha (RE)

GONDOMAR
Luís Filipe Araújo

LOUSADA
José Faria Santalha (RE)

MAIA
Hélder Costa Ribeiro

MARCO DE CANAVEZES
Artur Elísio Braga Melo Castro (RE)

MATOSINHOS
Guilherme Manuel Lopes Pinto (RE)

PAÇOS DE FERREIRA
Paulo Sérgio Barbosa

PAREDES
José Alberto Sousa

PENAFIEL
André Ferreira

PORTO
Manuel Pizarro

PÓVOA DE VARZIM
Rui Pedro L. B. Terroso

SANTO TIRSO
Rui Carlos Ribeiro

TROFA
Joana Fernanda Ferreira Lima (RE)

VALONGO
José Manuel Ribeiro

VILA DO CONDE
Carlos Laranja

SANTARÉM

ABRANTES
Isilda Manuela G. S. Alves Jana (RE)

ALCANENA
Fernanda Maria Pereira Asseiceira (RE)

CARTAXO
Pedro Magalhães Ribeiro

CHAMUSCA
Fernando Manuel Amaro Pratas

CONSTÂNCIA
Rui Carreteiro

CORUCHE
Francisco Oliveira

ENTRONCAMENTO
Mário André Balsa Gonçalves

FERREIRA DO ZÉZERE
Bruno José Graça Gomes (RE)

MAÇÃO
Nuno Fernando Bento Neto (RE)

OURÉM
António Ribeiro Gameiro (RE)

RIO MAIOR
António Moreira

SALVATERRA DE MAGOS
Marco da Raquel

SANTARÉM
Pedro Nuno Pimenta Braz

SARDOAL
Fernando Cascalheira Vasco

TOMAR
Hugo Renato Ferreira Cristóvão (RE)

TORRES NOVAS
José Trincão Marques

SETÚBAL

ALCÁÇER DO SAL
João José Ferreira Mendes Massano (RE)

ALCOCHETE
João Filipe Alves Barata

ALMADA
António Manuel V. S. Mendonça Mendes (RE)

BARREIRO
Maria Madalena Alves Pereira

GRÂNDOLA
Carla Cristina Rodrigues Silva

MOITA
Manuel Borges

MONTIJO
Maria Amélia Macedo Antunes (RE)

PALMELA
José António Braz Pinto

SANTIAGO CACÉM
Hugo Manuel Reis Lopes Ferreira

SESIMBRA
Américo Gegaloto

SETÚBAL
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha (RE)

SINES
Carlos Alberto Silva

VIANA CASTELO

ARCOS VALVEDEZ
Dora Maria Brandão da Cruz

MELGAÇO
Maria Luísa Dias Gomes

MONÇÃO
Maria Conceição Cunha Soares

PAREDES DE COURA
Armando Alves Araújo

PONTE DA BARCA
Paulo Jorge Peixoto Pimenta

VALENÇA DOURO
Anabela de Jesus Sousa Rodrigues

VIANA DO CASTELO
José Maria Cunha Costa

VILA NOVA DE CERVEIRA
João Fernando Brito Nogueira

VILA REAL

ALIJO
António Joaquim Fernandes

BOTICAS
Rui Rodrigues

CHAVES
Paula Barros

MESÃO FRIO
Mário Luís Mendes Sousa Pinto (RE)

MONDIM DE BASTO
Humberto Costa Cerqueira (RE)

MONTALEGRE
Pedro Miguel Castro Madeiras (RE)

MURÇA
Eduardo José Correia Lopes (RE)

PESO RÉGUA
Luís Ribeiro

RIBEIRA DA PENA
Rui Vaz Alves

SABROSA
Celestino Silva (RE)

SANTA M. PENAGUIÃO
Francisco José Guedes Ribeiro (RE)

VALPAÇOS
Ema Paula Morais Gonçalves (RE)

VILA POUCA DE AGUIAR
Paulo Pinto

VILA REAL
Francisco Rocha

UISEU

ARMAMAR
Américo Teixeira Moreira (RE)

CARREGAL DO SAL
Carlos Jorge Morgado Gomes

CASTRO DAIRE
José Fernando Carneiro Pereira (RE)

CINFÃES
Carlos Pinheiro de Brito

LAMEGO
Marisabel Santos Rocha Moutela (RE)

MANGUALDE
Marco Almeida

MÕES
Jorge Luís Fonseca Soares (RE)

MOIMENTA DA BEIRA
António Manuel Cardoso Moura

MORTÁGUA
João Pedro Almeida Sousa Rodrigues Fonseca

NELAS
Adelino José Borges Amaral (RE)

PENALVA DO CASTELO
Francisco Lopes Carvalho (RE)

PENEDONO
Eugénio Rodrigues Proença (RE)

RESENDE
Albano António Alves Santos (RE)

SANTA COMBA DÃO
Leonel José Antunes Gouveia (RE)

SÃO PEDRO SUL
Daniel David Gomes Martins

SÁTÃO
Gonçalo Magalhães

SERNANCELHE
Mário Rodrigues

TABUAÇO
Luís Aguiar Ferreira (RE)

TAROUCA
Mário Caetano Teixeira Ferreira (RE)

TONDELA
António Manuel Ferreira Henriques

UISEU
Lúcia Araújo Silva

Simplegis vai melhorar a aplicação da lei e reduzir custos

“MAIS transparência, redução de custos, melhor aplicação da lei e maior credibilidade internacional” são os benefícios do programa Simplegis, um Simplex legislativo, apresentado pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Uma das medidas emblemáticas do Simplegis será a revogação de 300 diplomas em 2010. Segundo João Tiago Silveira, “são leis desnecessárias. São leis que só baralham, só complicam, que representam custos para as empresas e não trazem nem transparência nem segurança jurídica”.

“Pretendemos ter menos leis, mais acesso e melhor aplicação da lei para as pessoas e para as empresas, que devem conhecer melhor a lei e saber com o que contam”, afirmou o secretário de Estado, adiantando que a partir do “segundo semestre do próximo ano, os decretos-lei e decretos regulamentares terão um resumo explicativo escrito em linguagem simples, clara e acessível”.

Durante este ano e no próximo, serão elaborados dez manuais de instruções escritos em linguagem acessível para explicar as leis a quem as vai executar.

O programa prevê também que não haja atrasos na transposição para o regime jurídico



português das directivas europeias o que aumentará a credibilidade internacional de Portugal. No conjunto, o Governo

prevê que os benefícios deste programa para a economia sejam de cerca de 200 milhões de euros por ano.

Vinhos portugueses premiados em expo internacional

PORTUGAL destacou-se no 14º Salão Internacional do Vinho – ExpoVinis Brasil, considerado o grande encontro do sector na América Latina e um dos maiores do mundo.

O júri especializado elegeu o “top ten” dos vinhos presentes, tendo sido contemplados dois vinhos portugueses.

Na categoria “Tintos Velho Mundo” foi eleito o Herdade do Esporão-Turiga Nacional 2007 e na categoria “Fortificados” foi eleito um vinho da Madeira, o Justino’s Colheita 95.

No certame, no qual estiveram representadas mais de 70 empresas portuguesas, marcou presença o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro.

Destaque-se que a ExpoVinis Brasilexposição reúne enólogos e produtores de países tão diversos como França, Itália, Espanha,



África do Sul, Nova Zelândia, Chile, Argentina, Bolívia, Grécia e também Portugal.

O certame recebeu este ano cerca de 250 expositores e foi visitado

por mais de 15 mil pessoas.

De referir que o nosso país foi apontado, desde a abertura deste certame, como um dos grupos participantes mais importantes.

OPINIÃO



ACÁCIO PINTO
Deputado PS

O problema surge quando um partido político com a responsabilidade do PSD não tem um rumo claro [...] sobre uma questão tão importante como são as obras públicas

ZIGUEZAGUE DO PSD

COM a ascensão à liderança de Pedro Passos Coelho pensámos que o ziguezague tinha sido banido do seio do PSD. Tinha chegado um novo líder e com ele uma linha de rumo clara, transparente e objectiva.

Pensámos que tinha terminado a diversidade de posições a que fomos sujeitos nos últimos anos. Eram as opiniões dos barões, dos candidatos, da líder e dos ex-líderes.

Afinal, rapidamente, aquilo que foi uma vitória esmagadora de Pedro Passos Coelho e de uma encenação de união com a expectativa de que o rumo agora era claro e uno acabou por se esboroar passado um escasso mês sobre o Congresso.

Falo, obviamente, de obras públicas. Falo do investimento do Estado em obras decisivas para o futuro do país e para a competitividade dos territórios.

E se as posições divergentes são legítimas em política, se os pontos de vista e as estratégias são diferentes, não vem daí nenhum mal ao mundo. O problema surge quando um partido político com a responsabilidade do PSD não tem um rumo claro sobre esta matéria, não tem uma estratégia linear sobre uma questão tão importante como são as obras públicas.

Por um lado, Pedro Passos Coelho escreveu, recentemente, no livro que editou durante a campanha interna a líder que o aeroporto “deve avançar de acordo com o calendário previsto” e o TGV “deve prosseguir na medida em que permita a ligação à rede de alta velocidade espanhola e europeia”, mas, já esta semana, Miguel Relvas, secretário-geral do PSD, afirmou que “o Governo deverá suspender imediatamente todas as grandes obras públicas anunciadas”.

Ora aqui está como as coisas acontecem ao sabor dos ventos e conforme alguns comentadores da praça vão discorrendo sobre esta matéria.

E como se tudo isto não chegasse, são agora as distritais do PSD também a falar. Mas a falar para aplaudirem as obras públicas lançadas pelo Governo. Refiro os casos da distrital do PSD de Leiria que em comunicado se congratulou com a finalização do contrato de concessão do Pinhal Interior, dizendo mesmo que o projecto representa uma oportunidade de recuperação económica para a região.

Mas sobre esta mesma concessão (Pinhal interior), o deputado do PSD Miguel Frasquilho afirmou à TSF que o avanço da construção da auto-estrada Pinhal Interior é “um sinal negativo” por parte do Governo.

Já sobre a auto-estrada Viseu Coimbra e IC12 que o Governo tem em curso é o PSD de Viseu e dos concelhos limítrofes a clamar pela sua realização e mesmo a aprovarem moções e a efectuarem declarações nas assembleias municipais para que as mesmas (e outras) avancem a toda a força, quando na Assembleia da República os deputados do PSD as contrariam.

Depois temos ainda o Presidente da República a dizer que os investimentos públicos devem ser repensados e temos agora uma brigada de economistas zeladores do bem comum que querem também entrar no jogo político pedindo para serem recebidos por Cavaco Silva para se manifestarem contra as obras públicas.

Enfim, cenas políticas de um profundo desrespeito pelos resultados eleitorais e pela legitimação democrática de que o governo está investido.

Em tudo na vida há limites. E também na política devia haver limites para a decência e para o decoro!

Este é um combate que vale a pena travar! A economia e o emprego exigem a nossa disponibilidade para este combate.

Clube A Linha debate desafios do crescimento económico

Acelerar a recuperação económica, modernizar a economia garantindo crescimento sustentado e equilibrar as contas públicas são hoje os três grandes objectivos de Portugal, afirmou o ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Vieira da Silva, no passado dia 4 de Maio, durante o debate sobre “Os desafios do crescimento económico” promovido pelo Clube de Reflexão A Linha.

NO ENCONTRO moderado pelo camarada Fernando Montenegro, e no qual esteve ladeado pelo secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, Vieira da Silva chamou a atenção para a enorme dificuldade de conciliar estes três desafios ao nível da execução de políticas no actual contexto de crise global, até porque, salientou, “eles têm vertentes potencialmente contraditórias ao nível dos instrumentos a utilizar”.

Face ao primeiro grande objectivo/desafio, o titular da pasta da Economia avaliou o posicionamento do país.

Tendo conta a imperativa necessidade de suscitar um impulso dirigido à retoma do investimento e da criação de emprego, apontou como aspecto em nosso favor o facto de a recessão em Portugal ter sido menos dura do que noutros países da Europa (em média 4,1% na Europa e apenas 2,6% em Portugal), assim como os rápidos e surpreendentes sinais de recuperação da economia que surgiram logo após as más notícias da crise global, em particular ao nível das exportações.

Como factores negativos, referiu a actual incerteza nos mercados e as dificuldades de curto prazo que resultam das exigências associadas a um processo de consolidação das contas públicas, obrigando os Estados a fazer uma política orçamental mais restritiva.

Passando ao desafio da modernização, o ministro Vieira da Silva apontou-o como indispensável, porquanto a nossa economia se mantém estruturalmente deficitária do ponto de vista externo.

E identificou duas vias para o desenvolvimento estrutural que estão presentemente em curso: a redução do défice energético, com o tradicional peso significativo no nosso défice comercial, e a alteração do modelo de especialização económica do país, outrora baseado nos baixos custos de produção, hoje progredindo no sentido da tecnologia e inovação.

Vieira da Silva concluiu a sua intervenção apostando na internacionalização ganhadora da nossa economia como “pedra de toque” de todos os três desafios que referiu e perspectivou um equilíbrio mais sustentado das contas públicas



num futuro que pertencerá às novas gerações, baseando-se em recentes sinais positivos que têm surgido do lado das exportações.

Por seu turno, o secretário de Estado da Segurança Social referiu-se, em complemento do que foi dito pelo orador anterior, a três áreas políticas em concreto: qualificação e formação, reforma da Segurança Social e das relações laborais.

Relativamente à primeira, considerada central para o crescimento do país a longo prazo, Pedro Marques referiu o esforço que o Governo tem feito no sentido de reforçar a qualificação de base

dos nossos recursos humanos, ao mesmo tempo que, em paralelo, promoveu o combate ao abandono e insucesso escolar.

Quanto à reforma da Segurança Social, apontou a acertada opção do Executivo em fazer um ajustamento progressivo do sistema à realidade do envelhecimento da população, permitindo deste modo a obtenção de um equilíbrio numa área que antes oferecia risco de insustentabilidade, e deste modo favorecendo o crescimento sustentado da nossa economia.

Referiu igualmente a regulação das relações laborais, com ênfase para a negociação colectiva, tendo

chamado a atenção para o novo paradigma de adaptabilidade negociada nas empresas, em oposição à flexibilidade externa e aos despedimentos individuais.

Finalmente, abordou a questão do combate às desigualdades como justa repartição dos ganhos provenientes do crescimento económico, “dois desafios importantes cujo fim último é aumentar o bem-estar da sociedade”.

No período de debate que se seguiu às intervenções dos oradores foi sublinhada a importância da definição estratégica das políticas económicas e da regulação dos mercados. **M.R.**

Conferência “Os efeitos da crise e as mudanças no Estado-Providência”

Estado continua a ter um papel fundamental

FACE à crise, como a que agora vivemos a nível mundial, o Estado continua a ter um papel fundamental, mas devemos ser “prudentes e pragmáticos” face a esta situação difícil, apostando na reconstrução do sector público, na educação que proporcione mais e melhor emprego e na negociação e regulação, defendeu, no dia 4, Anton Hemerijck, professor da Universidade de Roterdão, e doutorado em Ciência Política, por Oxford, na conferência sobre “Os efeitos da crise e as mudanças no Estado-Providência”, presidida pela ministra do Trabalho Helena André, membro do Conselho de Administração da Fundação Res Publica, que organizou o evento.

Para “olhar como vamos sair da crise” Anton Hemerijck disse que a melhor forma é “perspectivar a história” centrada nas grandes crises de 1929 e dos anos 70 e 80, a primeira em resultado do colapso da Bolsa e as segundas devidas aos choques petrolíferos,



que “mudaram a ordem económica e social.

Assim, recordou, a Grande Depressão de 1929 originou a necessidade de mudanças, que se traduziram na ideia de que “a economia deve estar ao serviço da sociedade e de que o Estado é importante para estabilizar”. O novo paradigma que surgiu após esta

keynesianismo que foi seguido por outros países europeus, disse ainda o orador convidado, traduziu-se, em linhas gerais, no pleno emprego, num compromisso entre trabalho, capital e Estado, na industrialização e na Segurança Social universal.

Já as crises dos anos 70 e 80, marcadas

crise teve como inspirador o economista Keynes que esteve na origem do “New Deal” do Presidente norte-americano Roosevelt, que promoveu um vasto conjunto de investimentos em obras públicas que relançaram a economia e criaram empregos.

Um plano que, referiu Anton Hemerijck, permitiu superar a crise e proporcionar longos anos de crescimento económico. O

pela estagflação, ou seja, a estagnação da economia acompanhada de elevada inflação, fez surgir o neoliberalismo, uma doutrina económica que teve como principal mentor Milton Friedman e que tem como objectivo central “retirar o Estado da economia”, já que “o mercado é tão criativo que não se deve regular”.

Com esta filosofia económica assistiu-se ao surgimento em força do neoliberalismo como resposta à crise, através do “monetarismo, da desregulação, das privatizações em massa, da flexibilidade”.

O orador convidado, após a sua explanação, respondeu ainda às perguntas de alguns dos participantes na conferência, tendo defendido que, perante a actual crise, é preciso compreender que “o mundo mudou” e que é, por isso, necessário “repensar toda a estrutura económica e social” face a esta nova realidade marcada por “instabilidade política, económica e financeira”. **J. C. C. B.**

PS nunca virou as costas às dificuldades

DECORREU, no passado dia 8 de Maio, a IV Convenção Autárquica da Concelhia do PS da Lousã, que contou com a presença do presidente do GP/PS, Francisco Assis, e dos deputados Vítor Batista e Horácio Antunes e ainda do líder do PS/Lousã e do presidente da Câmara Municipal, Fernando Carvalho.

Perante uma plateia que encheu por completo a biblioteca municipal, o líder parlamentar socialista centrou a sua atenção na política nacional para declarar que o balanço da governação do PS “é francamente positivo”.

Explicou depois algumas das medidas promovidas pelos governos socialistas, analisou os objectivos que estiveram na base da elaboração do PEC e de algumas medidas nele inscritas.

Após apontar os obstáculos que se colocam à actual governação, dificuldades que “surgiram de forma absolutamente inesperada”, com destaque para o ataque ao euro, Francisco Assis não deixou de recordar que o PS já “está habituado a estes momentos difíceis” e que sempre que foi chamado pelos portugueses ao Governo “soube sempre enfrentar as dificuldades e encontrar as soluções”.

Já o deputado e presidente da federação, Vítor Baptista, manifestou a sua satisfação pela “qualidade e rigor da gestão dos



autarcas do PS” no concelho da Lousã, sob a liderança de Fernando Carvalho, algo que, em sua opinião, “se pode constatar na obra realizada”.

E que vai prosseguir, como garantiu o presidente da edilidade, com novos projectos como o do metro, um meio de transporte “moderno, ecológico, leve, confortável e esteticamente apelativo”, mas também ao nível da requalificação urbana, no saneamento, na nova zona desportiva e de lazer, no centro de saúde, na nova escola e nos quadros interactivos e na plataforma Camões.

Obras que, na opinião de Fernando Carvalho, trarão “mais e melhor qualidade de vida aos lousanenses” e maiores factores de

atractividade e competitividade.

Já o presidente da Concelhia da Lousã voltou também a sua atenção para as políticas do Governo, tendo enaltecido as linhas de acção do Executivo, não deixando, contudo, de recomendar ao primeiro-ministro, José Sócrates, que mantenha a “matriz ideológica do PS” no encaixe, como acentuou, “das comemorações dos 100 anos da implantação da República”.

Incentivou depois o Governo a avançar “sem rodeios” para um conjunto de iniciativas capazes de ajudarem a enfrentar a actual crise que assola o país e o mundo e que em muito “poderão contribuir para diminuir os impactes negativos da crise”. R.S.A.

OPINIÃO



JORGE FÃO
Deputado do PS

Tomando como ponto de partida o ano 2000, nos últimos nove anos são realmente notáveis os progressos que Portugal tem feito em matéria de redução da sinistralidade

SINISTRALIDADE EM 2010 ALERTA NA ESTRADA

PARA os cidadãos menos despertos e sensibilizados para acompanhar a evolução do problema da sinistralidade rodoviária e efectuar avaliação dos dados estatísticos desta preocupante realidade, a abordagem deste assunto pode parecer recorrente ou até repetitiva.

Contudo, para todos quantos dispensam ao tema a atenção que ele realmente merece, falar persistentemente desta questão e apelar à consciencialização dos cidadãos e à responsabilidade cívica dos portugueses é a única forma de potenciar as preocupações da sociedade com este problema e, em consequência, cerrar cada vez mais as fileiras no combate aos sempre preocupantes resultados da sinistralidade.

O relatório anual referente ao ano de 2009 recentemente divulgado pelo Ministério da Administração Interna deve convocar a nossa atenção para uma análise crítica da informação que é divulgada.

Tomando como ponto de partida o ano 2000, nos últimos nove anos são realmente notáveis os progressos que Portugal tem feito em matéria de redução da sinistralidade.

Importa sempre referir, para justificar a legítima satisfação com o progresso feito, que, entre 2000 e 2009, reduzimos de 1629 mortes por ano, para 738 vítimas, 58% menos e, no que diz respeito a feridos graves, essa redução foi de 66%, passando de 6918 no início da década, para 2624 no ano transacto.

Se tivermos em consideração que nesse período de tempo aumentou de forma exponencial a mobilidade das pessoas, o número de veículos em circulação, o consumo de combustíveis e a extensão da rede viária, nestas circunstâncias, há toda a propriedade para afirmar que estamos realmente a fazer bom caminho para travar este drama.

Este combate, contudo, não dá tréguas e tendo felizmente reduzido em 39 o número de vítimas mortais de 2008 para 2009, é necessário também que se atente ao facto de terem ocorrido mais 1870 acidentes com feridos graves e ligeiros, de onde resulta que, apesar de Portugal ser o terceiro país da Europa que, nos últimos nove anos mais reduziu a sinistralidade, estamos ainda cerca de 6% acima da média europeia no número de mortos por milhão de habitantes, ocupando o 14º lugar do ranking europeu dos 27 Estados-membros.

Em cada novo ano o desafio que se nos coloca nesta matéria é cada vez mais difícil de atingir e mais exigente o rigor no cumprimento das regras de trânsito e na observância de comportamentos cívicos que é indispensável praticar quando utilizamos o ambiente rodoviário.

A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária é ambiciosa nas metas que estabelece para 2015 – 62 mortos por milhão de habitantes, o que significa um máximo de 579 vítimas mortais por ano.

Temos portanto muito trabalho pela frente e se bem que há razão para ter orgulho do progresso feito e por isso optimismo em relação à capacidade de continuar a melhorar, não é menos verdade que é fundamental ter cuidado com qualquer tentação de descuidar o ritmo do estabelecimento de mais e melhores políticas de redução da sinistralidade ou, pior ainda, abrandar o discurso de mobilização de todos os cidadãos para uma participação activa nesta causa.

Para ilustrar esta minha afirmação e simultaneamente chamar à atenção para a exigência do desafio, refiro os dados estatísticos acumulados de 1 de Janeiro a 21 de Abril deste ano de 2010 que apresentam um preocupante aumento em 14 do número de mortos neste intervalo de tempo, comparativamente com igual período do ano passado.

Esta realidade é motivo mais que suficiente para fazermos disparar todos os alertas públicos para a necessidade de rapidamente corrigir esta preocupante trajectória.

Não tenho qualquer dúvida de que este Governo tem noção que continuar a melhorar as nefastas consequências da sinistralidade rodoviária no nosso país, obriga a uma concertada acção interministerial e a um trabalho multidisciplinar com elevado grau de especialização que envolve o Ministério da Administração Interna, Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Governos Cívicos e Autarquias.

A todos se exige articulação, complementaridade, especialização e eficiência no trabalho que é necessário realizar.

Só com este esforço conjunto associado com uma forte co-responsabilização de todos os Portugueses é que será realmente possível melhorar os resultados de Portugal no combate à sinistralidade rodoviária.

Todo e qualquer cidadão pode ser, a qualquer momento, sujeito activo ou passivo de um episódio de sinistralidade rodoviária, por isso não tenho dúvida que este é o grande campeonato onde todos queremos melhorar sempre mais a nossa classificação.

Federação de Setúbal comemora aniversário do 25 de Abril

“FACE à complexidade da crise internacional, exigem-se respostas firmes e claras”, defendeu Vítor Ramalho na festa que a Federação do PS/Setúbal organizou a propósito das comemorações do 1º de Maio e do 25 de Abril, realizadas na freguesia da Charneca da Caparica, em Almada.

Para o líder do PS/Setúbal, as respostas exigíveis perante a crise internacional que atravessamos “são incompatíveis com o populismo da esquerda ortodoxa ou da folclórica, mas, também, da demagogia da direita”.

Corroborando as palavras Vítor Ramalho, Pedro Marques, secretário de Estado da Segurança Social, defendeu, por seu lado, a necessidade de um “novo olhar” para este mundo e para a crise, que, em sua opinião, deve merecer da parte da União Europeia (UE) “políticas concertadas que dissuadam a ganância da especulação financeira contra o euro e não façam enfraquecer o



papel do Estado e o investimento público”.

Objectivos que para o líder do PS/Setúbal devem todavia “ser articulados com o próprio aprofundamento da UE”, nomeadamente através de iniciativas como as que estão a ser tomadas de auxílio à Grécia “que é dela parte integrante”.

Ambos os dirigentes concordam que a União Europeia deve assumir a defesa de quem trabalha ou de quem sofre agora as agruras do desemprego, recordando que estes objectivos “insere-se nos propósitos e causas de sempre do PS”.

Para além de Vítor Ramalho e de Pedro Marques, e perante uma sala repleta de militantes e de simpatizantes, estiveram ainda presentes Paulo Pedroso, ex-ministro do Trabalho e actual vereador na Câmara Municipal de Almada, António Mendes, presidente da Concelhia do PS/Almada, Catarina Marcelino, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas e Pedro Ruas, presidente da Federação da Juventude de Setúbal.

A festa terminou com os mais de três centenas de participantes em pé a cantarem “Grândola Vila Morena”, no que foram ajudados pela participação muito saudada do cantor Carlos Mendes. R.S.A.

OPINIÃO

EDUARDO VÍTOR

RODRIGUES

Sociólogo e professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
eduardor@letras.up.pt*Estes ataques [ao RSI] visam desacreditar as políticas públicas, fragilizar o Estado Social e promover a precarização dos mais fracos***O TRISTE POPULISMO EM TORNO DO RSI**

O RSI tem sido o alvo de todos ataques. De Portas a Passos Coelho, todos já perceberam que dá popularidade fazer cirúrgicos ataques ao RSI. Tenho dúvidas sobre o alvo: não sei se atacam o RSI ou directamente os carenciados, pela produção de estigma. Mas que perceberam que isso lhes dá fôlego, isso perceberam.

Estas abordagens têm um intolerável efeito de contaminação do senso comum. Criam uma generalizada ideia de fraude, quando a realidade é bem diferente; incentivam a desconfiança das políticas sociais, quando são mais necessárias; hostilizam o Estado Social; repercutem uma espécie de inveja social, que persegue os mais carenciados; criam um insuportável estigma sobre todos os beneficiários, a partir da generalização abusiva da ideia da fraude (que no RSI se circunscribe a 14%); criam uma associação directa entre RSI e preguiça/fraude. Enfim, parece mesmo que estas críticas estão contra os pobres, não contra a pobreza.

Estes ataques visam desacreditar as políticas públicas, fragilizar o Estado Social e promover a precarização dos mais fracos. Visam também baixar salários, por via do uso de mão-de-obra sem emprego, assim como suprir necessidades laborais com recurso a uma espécie de mão-de-obra de segunda, que, por estar fora do mercado de trabalho (e sem perspectivas de aí voltar, dados os seus handicaps e a retracção do mercado de trabalho) e a beneficiar de uma prestação, tenha que se sujeitar a fazê-lo sob a forma de “programa ocupacional” aquilo que deveria fazer sob a forma de trabalho formal.

Bastaria olhar para os números para perceber o carácter persecutório do ataque ao RSI.

A medida abrange mais de 400 mil pessoas, num total de mais de 158 mil famílias. Destas, 41% são crianças e jovens dependentes, 5% são idosos e 31% são trabalhadores assalariados, que têm na medida um fundamental complemento aos baixos salários. Quase 70% dos beneficiários são mulheres, o que ajuda a explicar o impacto da medida na redução da intensidade da pobreza (redução de 40%).

Os valores auferidos são contidos: 89 euros em média por beneficiário e 242 euros em média por família. Percebe-se que se trata de valores suficientemente escassos para impedir que as pessoas vivam à custa da medida.

O Porto tem o maior número absoluto de famílias beneficiárias (o maior número relativo é detido pelos Açores), tendo o distrito de Faro a maior taxa de retorno à medida.

Apesar dos acordos de inserção, 20% dos beneficiários que saem da medida, voltam a ela num curto espaço de tempo, mostrando que o problema está mais nas flutuações do mercado de trabalho e nos handicaps psicossociais, do que na acomodação à medida.

Mas há fraude. Mais baixa do que noutras medidas, mas há fraude. Apesar disso, vale a pena registar que, entre 2003 e 2008, o número de processos fiscalizados aumentou mais de 700%! A solução só pode ser o reforço do acompanhamento técnico, nunca a introdução de inspectores no processo. De facto, aqueles que estão acompanhados têm mais sucesso na inclusão social do que aqueles que estão apenas entregues à estrutura burocrática.

Os inspectores poderão fazer falta, isso sim, na Autoridade para as Condições do Trabalho, onde se poderia reforçar o combate aos abusos lamentáveis contra os direitos no trabalho e a legislação laboral, precarizando o emprego.

Se queremos uma descarga de consciência, entregamos uma prestação em troca de trabalho; se queremos inclusão, temos de assumir outros caminhos para além do trabalho, porque nem todos os beneficiários em idade activa estão em condições psicossociais de entrar imediatamente no mercado de trabalho. Não considerar isto é ignorar que há muitos handicaps que se situam a montante da reentrada no mercado de trabalho.

Sabe-se que interessa a alguns sectores ideológicos a endogeneização das lutas das classes médias e baixas, deslocando para aí um combate mais interclassista por melhores direitos sociais. Percebe-se que quando não se atenta à coesão, arrisca-se a convulsão; e percebe-se que por cada euro que se poupa em políticas inclusivas, gasta-se a dobrar em polícias securitárias.

INICIATIVA

PS/Barreiro está contra aumento de taxas aprovadas pelo Executivo comunista

OS ELEITOS socialistas do Barreiro discordam da revisão que o Executivo municipal liderado pela CDU aprovou em relação aos regulamentos de taxas e de tarifas do concelho, considerando que a decisão agora tomada é “pobre e fraca”.

A presidente do PS/Barreiro, Madalena Alves Pereira, apontou o dedo ao Executivo da CDU, acusando-o de ter aprovado um documento, “sem sequer ter justificado a decisão”, que vai implicar uma profunda alteração no quotidiano e na qualidade de vida dos munícipes.

Reconhecendo que a vertente “discussão pública” cumpriu os meios legais, o PS/Barreiro acrescenta que tal atitude resultou contudo insuficiente, uma vez que o Executivo “não ouviu as opiniões” quer dos agentes económicos, quer tão-pouco das diversas associações sedeadas no município.

Para a líder socialista do Barreiro, não são claros os argumentos que o Executivo adianta para justificar esta decisão, classificando o documento aprovado como “cego”, já que “apenas pega no estudo económico” deixando de lado a “opção de adequar o custo ao utente”.

Em relação às tarifas, a líder do PS/Barreiro mostra-se muito crítica quer sobre as que vão incidir no consumo da água, quer as que serão aplicadas à cidadania, que em sua opinião, e em última análise, vão condicionar a livre reunião e



associação dos munícipes deste concelho.

A este propósito lembra que quem quiser reunir num dos auditórios municipais, por exemplo, tem que pagar uma tarifa, que à noite e aos fins-de-semana, alturas em que estes espaços mais são solicitados, ainda é acrescida. O mesmo se passa em relação à taxa, que passará a incidir no consumo da água que, segundo as novas regras, agravará em mais de 40% o seu custo, contrariando assim o plano aprovado no anterior mandato camarário liderado pelo Partido Socialista onde esse aumento não ia além dos 7% em cada ano.

Por tudo isto, os socialistas consideram que as novas taxas agora aprovadas pelo executivo da CDU não se justificam, mesmo tendo em

conta, como acrescentam, “os investimentos entretanto feitos”.

O PS lamenta ainda que existam, por outro lado, aumentos de cerca de 266% nas taxas das demolições, ou de 95% de subida nas tarifas de reabilitação, criticando ainda o facto de a única taxa com redução incidir na área das grandes superfícies, esquecendo todo o restante comércio que passa a sofrer à luz das novas regras “aumentos consideráveis”.

Quem também não tem dúvidas de que estas medidas vão contribuir para agravar a qualidade de vida dos munícipes é o deputado na Assembleia da República Eduardo Cabrita, para quem os mesmos serviços no Barreiro vão “custar, em regra, mais do que nos concelhos vizinhos”. R.S.A.

Obras na muralha de Peniche são exemplo para requalificar outros espaços históricos

NO COMEÇO das obras de requalificação e salvaguarda do fosso da muralha de Peniche, o primeiro-ministro, que presidiu à cerimónia, classificou esta iniciativa “como um exemplo” para que outras cidades do país requalificarem também os seus espaços nobres e históricos.

Depois de defender que esta intervenção “vai arrastar investimento privado e induzir melhorias no que se refere à requalificação do espaço público”, Sócrates lembrou que há muito que o assunto lhe merece um particular interesse, recordando a propósito que já em 2001, quando era o responsável pela pasta do Ambiente, foi a Peniche assinar um protocolo com a edilidade tendo em vista a limpeza do fosso.

Na sua opinião, a reabilitação deste tipo de espaços assume um

carácter da maior importância caso “o país queira preservar” a sua memória, a história e a identidade das suas cidades.

As obras de requalificação do fosso da muralha de Peniche, destinadas a limpar as lamas poluídas das descargas de esgotos domésticos e de algumas indústrias efectuadas até 2001, altura em que entrou em funcionamento a estação de tratamento de águas residuais da cidade, vão decorrer durante 18 meses e estão orçadas em cerca de 3,8 milhões de euros, sendo 60% comparticipadas por fundos comunitários, através do Programa Polis XXI “Parcerias para a Regeneração Urbana” do Programa Operacional do Centro, e as restantes verbas compartilhadas entre a Câmara Municipal de Peniche e o Instituto Português e dos Transportes Marítimos.

Terminada a intervenção de requalificação o projecto compreende, numa fase seguinte, a construção de duas novas travessias pedonais, uma moderna ponte rodoviária, que irá substituir a actual já bastante degradada e desactualizada, novos espaços para a prática do recreio náutico, uma nova zona envolvente que está igualmente a ser objecto de requalificação em termos paisagísticos, e ainda a criação de renovados espaços verdes e de um novo sistema de iluminação das muralhas.

A obra ficará completa com a construção de um eclusa (sistema de comportas) que vai ser construída na zona do “Cais das Gaivotas” de forma a permitir a existência de um nível mínimo de água, quer na praia-mar, quer na baixa-mar, facilitando assim a entrada a pequenas embarcações. R.S.A.

Centenário de Tito de Morais comemorado na AR

A ASSEMBLEIA da República vai organizar no dia 29 de Junho uma sessão especial de homenagem ao camarada Manuel Alfredo Tito de Morais, que foi presidente deste órgão de soberania, no centésimo aniversário do seu nascimento.

COM início às 18 horas, a sessão, presidida por Jaime Gama, presidente da Assembleia da República, vai decorrer na Biblioteca e contará com a presença de muitos deputados e convidados.

Estará patente também uma exposição sobre a obra de Tito de Morais na qualidade de presidente do Parlamento. Jaime Gama será um dos oradores e falará sobre o homenageado como político e como homem. Um membro da família usará também da palavra.

Pelas 12 horas do mesmo dia, o presidente da Assembleia da República vai descerrar uma lápide na casa onde viveu Manuel Tito de Morais (na Av. Magalhães Lima, em Lisboa) desde Abril de 1974, quando regressou do exílio, até à sua morte em Dezembro de 1999. Cerimónia para a qual todos estão convidados.

Na mesma ocasião, os CTT lançarão um inteiro-postal com a foto do fundador do Partido Socialista

Estas actividades, que decorrerão no dia 29 de Junho, estão inseridas na semana de homenagem ao camarada Manuel Alfredo Tito de Morais, uma iniciativa da família e de um grupo de amigos, a que se juntou o Partido Socialista.

A Comissão das Comemorações de Tito de Morais (CCTM) que tem reunido com regularidade na sede do Largo do Rato, adianta que outros eventos estão já programados, como um documentário sobre a vida de Tito de Morais na RTP2, no dia 26 de Junho à noite, o lançamento de uma fotobiografia, no dia 28 de Junho, uma sessão pública na Fundação Mário Soares, no dia 1 de Julho, o descerramento de um busto no jardim adjacente à sede nacional do PS, em data a anunciar, um número especial do "Portugal Socialista", órgão da ASP e depois do PS de que Tito de Morais foi o primeiro director em 1967.

As comemorações terminarão na sede nacional do PS, no Largo do Rato, com uma recepção nos jardins do palácio, intervenções evocativas e a inauguração da sala Tito de Morais.

A CCTM "apela a todas as federações, concelhias e secções do partido para organizarem iniciativas



UMA VIDA DE LUTA PELA LIBERDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Comuniquem com a Comissão das Comemorações de Tito de Morais (CCTM) através dos endereços de e-mail: cctm@sapo.pt cctm@ps.pt

Acompanhe e participe no blogue: titomorais.blogs.sapo.pt

no âmbito destas comemorações, para assim homenagear os fundadores do Partido Socialista, contar a sua vida e obra, para que o seu exemplo seja conhecido e passado às novas gerações".

Quando Manuel Tito de Morais chegou a Portugal no "comboio da liberdade", a 27 de Abril de 1974, com Mário Soares e Francisco Ramos da Costa, deixou para trás 13 anos de exílio, desde 1961, em São Paulo, Argel e Roma, onde manteve uma intensa actividade política, seja em movimentos socialistas ou unitários, tendo como objectivo o derube da ditadura do Estado Novo, a libertação da pátria, e a implantação de uma democracia política, económica e social em Portugal.

Exílio e prisões

Antes, esteve dez anos em Angola para onde foi trabalhar em 1951, após a sua prisão na cadeia do Aljube e ser despedido por razões políticas. Fechadas todas as portas em Lisboa, radica-se em Luanda onde

é detido em 1961. E foi sob prisão que regressa a Portugal, onde é libertado no aeroporto da Portela, ficando com residência fixa.

Nascido em 28 de Junho de 1910, Manuel Tito de Morais era filho de um combatente do 5 de Outubro de 1910. Na política desde os 16 anos, aderiu, em 1945, ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), de que seria membro da Comissão Central, o

que lhe valeu duas prisões.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, Tito de Morais empenhou-se na organização interna do Partido Socialista e nas relações exteriores e, em 1975, foi eleito deputado por Viana do Castelo à Constituinte. Na democracia foi deputado enquanto a sua saúde o permitiu, tendo sido presidente da Assembleia da República em 1983/84, com um intervalo duran-

te o VI Governo Provisório e o I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, em que desempenhou as funções de secretário de Estado da População e Emprego.

Toda esta actividade decorreu a par de uma grande militância partidária nos diversos órgãos dirigentes do partido, sendo presidente do PS entre 1986 e 1988 e depois presidente honorário até à sua morte em 1999.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Contamos consigo!



Linha Azul
808 201 695

IV Cimeira França-Portugal consolida relações bilaterais

Temas de interesse mútuo como a modernidade e a cooperação tecnológica entre empresas dos dois países, designadamente ao nível da inovação energética, foram alguns dos assuntos da agenda da quarta Cimeira franco-portuguesa que reuniu em Paris o primeiro-ministro, José Sócrates, e o seu homólogo François Fillon.

A BATERIA “made in Portugal” do futuro carro eléctrico do fabricante francês Renault foi um dos temas que esteve na agenda desta reunião bilateral, tendo sido referenciada como um excelente exemplo das sinergias empresariais existentes entre a França e Portugal.

No final do encontro os dois chefes de Governo salientaram a dupla necessidade de olhar pela recuperação da economia e pelo saneamento das contas públicas, tendo ambos defendido um aprofundamento do “governo económico da Europa”.

Das bilaterais saíram diversos acordos de cooperação em áreas como a energia, nanotecnologia, mobilidade e agro-indústria, temas que como viria a classificar o primeiro-ministro português, fazem parte de uma “agenda de modernidade e de futuro”.

À margem da Cimeira, Sócrates visitou também o Consulado-Geral de Portugal em Paris, iniciativa que vários representantes da comunidade portuguesa saudaram considerando-



À margem da Cimeira, Sócrates visitou também o Consulado-Geral de Portugal em Paris

a “histórica”, salientando ter sido esta a primeira deslocação de um chefe de Governo português àquelas instalações.

O primeiro-ministro saudou a reforma de modernização aqui empreendida como exemplo de uma reforma bem sucedida “para melhor servir os emigrantes”, tendo depois, e antes do seu encontro com o líder do Executivo francês, François Fillon, ido ao encontro dos alunos da secção

portuguesa do liceu Montaigne, no centro da cidade, onde deu conta da ambição de transformar o português numa das línguas oficiais da ONU garantindo que o Governo “tudo fará para que assim seja”.

Perante uma plateia repleta de jovens, reafirmou ter “mais orgulho em servir o país em momentos de dificuldade”, e de nunca ter sentido da parte do povo português que algum dia lhe tivesse “virado as costas”.

O encontro com o seu homólogo francês decorreu em simultâneo com as reuniões sectoriais em que participaram, para além dos três ministros que integraram a delegação portuguesa, Luís Amado, Negócios Estrangeiros, Mariano Gago, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Vieira da Silva, Economia, antes de uma reunião plenária em que se juntaram aos chefes de Governo dos dois países. **R.S.A.**

Democracia na Madeira não pode ficar suspensa pela boa cooperação entre os governos

A “DEMOCRACIA na Madeira não pode ficar em suspensão” pela boa cooperação existente entre os governos da República e Regional, afirmou o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, ao visitar nos dias 16 e 17 a região autónoma para verificar “in loco” as consequências do temporal de 20 de Fevereiro e o esforço de reconstrução de está a ser feito. À frente de uma delegação de deputados socialistas, Assis considerou que “no momento excepcional foi e é importante reforçar aquilo que nos aproxima e desvalorizar aquilo que nos afasta, é importante para a Madeira e para o país que haja um bom relacionamento institucional entre o Governo legítimo da República e o governo legítimo da Região Autónoma da Madeira”.

No entanto, o líder do GP/PS fez questão de realçar no final da visita aos locais mais atingidos pela intempérie que “outra coisa é a disputa democrática na Madeira. A democracia na Madeira não pode ficar em



estado de suspensão na sequência daquilo que aqui se passou, pelo contrário, todos responsabilmente têm que afirmar as suas posições”.

“Há um governo, há uma maioria que tem a responsabilidade de governar na Madeira, à semelhança do que acontece connosco no plano nacional, e há um partido, que é o PS, que é o maior partido da oposição e que tem uma responsabilidade histórica na Madeira que é o de se constituir numa alternativa credível, essa é a nossa missão”, sublinhou.

Francisco Assis elogiou, por outro lado, a “cooperação exemplar” que existe entre os governos da República e da Região no âmbito da política de reconstrução da Madeira. “A solidariedade é total e absoluta, o que aconteceu, aqui, na Madeira constringeu o país inteiro e merece a solidariedade do país inteiro e o Governo da República está a fazer aquilo que deve ser feito, e está a ser feito, em cooperação com o Governo

da Região Autónoma da Madeira”.

E acrescentou que “é com grande respeito e com grande admiração que nós temos acompanhado a forma como os madeirenses reagiram à catástrofe e estão neste esforço de reconstrução de tudo quanto foi afectado”.

Nesse sentido, frisou, “nós queremos manifestar a nossa solidariedade ao esforço que o povo madeirense tem vindo a levar a cabo na sequência da catástrofe, é um esforço que merece o reconhecimento de todos os portugueses e nós temos responsabilidades especiais na Assembleia da República e queremos também manifestar essa nossa solidariedade”.

Nesta deslocação à região autónoma, os deputados do PS mantiveram contactos com os socialistas da Madeira e, em particular, com o Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa tendo abordado as questões “que se colocam hoje ao país e à Madeira”.

Medidas adicionais ao PEC

Um esforço justo e equitativo



O CONJUNTO de medidas adicionais do PEC para reduzir o défice orçamental de 9,3% para 7,3% em 2010, na sequência das decisões da cimeira da zona euro “são fundamentais para Portugal, para defender o país, para defender a nossa economia, para assegurar o seu financiamento”, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, acrescentando estar convicto de que “os portugueses vão entender que este esforço que se pede é colectivo, patriótico, justo e distribuído equitativamente entre o Estado e a sociedade”.

José Sócrates falava no final do Conselho de Ministros de 13 de Maio que aprovou um pacote de medidas para “acelerar a consolidação orçamental” e que passam pela redução da despesa e aumento da receita (ver caixa).

Na conferência de Imprensa, o primeiro-ministro disse que “o mundo mudou

nos últimos 15 dias” e que apesar de “sempre” ter tido a “convicção de que era possível” não aumentar impostos estas medidas são fundamentais “também para defender a Europa”.

Segundo o primeiro-ministro, “todas as medidas de redução orçamental têm efeito recessivo, mas as apresentadas pelo Governo português são as que terão menores efeitos recessivos”.

É que, explicou, “estas medidas foram pensadas para defender de certa forma a nossa economia e permitir que continue a recuperar. Claro que gostaria que as condições internacionais não nos obrigassem a este esforço adicional, mas a verdade é que obrigaram Portugal e toda a Europa a esse esforço”.

José Sócrates referiu ainda se estas medidas não fossem tomadas, “a consequência seria uma diminuição na confiança na economia portuguesa

e uma incerteza em relação ao financiamento da nossa economia, o que, isso sim, significaria um grande efeito recessivo”.

Questionado sobre se as medidas agora anunciadas não poderão levar a um clima de crispação social, Sócrates afirmou não acreditar neste cenário. “Estou convencido que “os portugueses entenderão bem que o Governo tem conduzido esta situação, que é a segunda fase daquilo que é a maior crise económica e financeira que o mundo enfrentou nos últimos cem anos”, disse, salientando que Portugal, em 2009, foi um dos países “que mais cedo saiu da recessão técnica e que melhor resistiu à crise”.

E acrescentou que “os portugueses vão entender que este esforço é necessário, que é imprescindível à defesa da nossa economia e da Europa”. J.C.C.B.

OPINIÃO

MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Na decisão política, o modelo europeu é muito lento e demasiado burocrático

EUROPA GORDA

A EUROPA está gorda. Obesa. A precisar de tratamento. Descobriu agora? Não, há muito que se via. Mas apesar de se ver, pouco fez por melhorar. Tinha crises, mas passava. Tentou mudar. Poucas, muito poucas vezes de forma determinada. Agora, só tem um caminho: fazer exercício e uma dieta rigorosa. Senão, um dia estará a pão e água.

Dizem que tem a ver com o “processo histórico”, com o modelo europeu, com o envelhecimento das suas gentes, com a falta de liderança. Um pouco com tudo isso. Certamente.

É uma Europa que se endividou para manter níveis de vida que já não pode ter. Uma Europa, ou pior do que isso, vários centros de custos, sem uma estratégia comum, com cada vez menos crédito no mercado financeiro. Uma Europa com uma moeda Única, mas sem uma governação económica. Criou um fundo de estabilização in extremis, que veremos ao que chega. Algum exercício se fez. Mas é muito pouco.

A mudança estrutural na economia mundial não lhe é favorável. Níveis de produtividade mais baixos, níveis de crescimento mais baixos. Não por questões de trabalho, mas de eficiência colectiva. Por via da terciarização da economia, com prevalência nos serviços não transaccionáveis. As fábricas do mundo já não são aqui. O tempo de reajustamento é medonho. A globalização torna a concorrência desigual. Perde-se mercado, fecham-se empresas. Cresce o desemprego. Perdem-se direitos sociais.

A estratégia de Lisboa foi sendo adiada. Há uma nova estratégia revista para 2020. Objectivos genéricos, pouco precisos. A questão energética é encarada de forma tímida. Mais por via ambiental que de segurança. As questões de segurança são, aliás, muito comentadas, mas pouco interiorizadas nas políticas.

Na decisão política, o modelo europeu é muito lento e demasiado burocrático. A nova arquitectura trouxe ganhos de participação, mas aumenta o tempo de decisão. Num momento em que a eficiência prevalece, temos de admitir que o tempo tem custos. Além disso, há uma voragem regulamentadora e alguma falta de coragem de assumir decisões difíceis.

O modelo social quer ser justo, promover a educação e a saúde para todos, defender o trabalho, garantir a velhice. É o grande repositório dos valores europeus. Mas tem de se adaptar a novos tempos. Tempos de restrições orçamentais. Tempos de repensar funções do estado. Não apenas na qualidade, mas também na intensidade das respostas públicas.

A Europa não vai acabar. Mas tem de fazer reformas. Tem muitos exercícios a fazer. Para se fortalecer. Não tanto para salvar o mundo, mas para continuar a ter um papel no mundo.

PEC 2010-2013: MEDIDAS ADICIONAIS

1. Antecipação de medidas do PEC

- Condição de recursos e reforço da fiscalização
- Subsídio de desemprego
- Tributação das mais-valias
- Escalão de IRS de 45%
- Introdução de portagens

2. Redução da despesa

- Eliminação antecipada das medidas anticrise
- Redução de transferências para o SEE (adopção de medidas de racionalização e saneamento financeiro)
- Redução de despesas na Administração Central (comunicações, representação, limites de despesa aos Fundos e Serviços Autónomos,

mos, cativação de suplementos remuneratórios não obrigatórios, congelamento de admissão de pessoal)

- Redução de 5% nas remunerações dos titulares de cargos políticos e gestores públicos
- Redução despesas de capital
- Redução da transferência para as Administrações Regionais e Locais ao abrigo da Lei de Estabilidade Orçamental

3. Aumento da receita fiscal e contributiva

- Aumento das taxas de IVA: 1 ponto percentual na taxa normal, na intermédia e na reduzida
- Sobretaxa sobre o rendimento das

personas singulares e colectivas

- Adicional de 1% até ao 3º escalão de IRS e de 1,5% a partir do 4º escalão. Adicional de 1,5% nas taxas liberatórias aplicáveis.

- IRC adicional de 2,5% incidente sobre lucros tributáveis acima de 2 milhões de euros.
- Sobretaxa com incidência nas operações de crédito ao consumo

4. Reformas estruturais

Prosseguir o programa de aprofundamento de reformas estruturais: saúde, educação, energia, simplificação administrativa, economia digital.

Plano de austeridade para defender Portugal e o Euro

O Governo do PS está a fazer o que deve ser feito para defender os interesses nacionais e proteger o país e os portugueses da crise especulativa que se abateu sobre a Europa, afirmou o primeiro-ministro e secretário-geral socialista, José Sócrates, ontem, à saída da reunião da Comissão Política, desta feita alargada ao Grupo Parlamentar.

MARY RODRIGUES

GARANTINDO que a reunião realizada na sede nacional do Largo do Rato tinha corrido bem e que nela tinham sido ouvidos e discutidos os pontos de vista expressos pelos dirigentes socialistas e pelos deputados do PS na Assembleia da República, José Sócrates afirmou-se convicto de estar a cumprir o seu dever perante Portugal.

“Estamos convencidos de que aquilo que estamos a fazer é defender o interesse do país. Estamos a cumprir o nosso dever, servindo Portugal e os portugueses para fazer face às dificuldades”, declarou.

Sócrates fez uma curta declaração aos jornalistas no final das quatro horas de reunião da Comissão Política Nacional do PS destinada a debater as medidas de austeridade ontem apresentadas pelo Executivo.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião, o líder parlamentar do PS deixou claro que as medidas de austeridade tomadas pelo Executivo de José Sócrates são “de carácter excepcional” dada a excepcionalidade e a radicalização da situação na última semana.

“Estamos perante um ataque especulativo ao que é de essencial ao projecto europeu e ao euro”, apontou Assis, saudando o que considerou ser “o advento de um governo económico na União Europeia”.

Depois, salientou que perante esse “ataque” estava a dar-se “uma reacção europeia”.

“Essa reacção não é fácil de concretizar pelas diferenças existentes entre os Estados-membros, mas é inegável o avanço conseguido no último fim-de-semana no que diz respeito a uma resposta concertada”, clarificou.

De seguida, colocando a tónica na situação portuguesa, Francisco Assis venceu que houve nestes dias uma “mudança drástica de cenário”, razão pela qual o Governo precisa de pedir

aos portugueses compreensão e mais sacrifícios partilhados.

“Estas não são medidas fáceis de anunciar nem de adoptar, mas fazemo-lo com a convicção de que elas são responsáveis e necessárias”, afirmou, referindo que a implementação do plano de austeridade anunciado por José Sócrates exigirá “um esforço de concertação social e de explicação aos portugueses”.

Esforço patriótico

Questionado sobre o compromisso assumido pelo PS nas últimas eleições de não aumentar impostos, Francisco Assis reforçou a ideia de que se verificou agora “uma alteração profunda das circunstâncias” ao nível internacional e que os governos “não podem estar prisioneiros de dogmas”.

“Perante uma alteração profunda das circunstâncias, teria de haver uma alteração profunda da natureza das respostas. Não é com agrado que o Governo tomou estas medidas”, disse.

Já a propósito de eventuais penalizações na popularidade do PS enquanto Governo, o líder da bancada socialista deixou claro que “os raciocínios de natureza eleitoral são a última coisa que deve preocupar o partido”, neste momento.

Referiu, porém, que a situação que obriga à tomada de medidas excepcionais não decorre de ter havido má governação.

“Portugal ia no bom caminho e o PEC português foi apreciado positivamente por conceituadas instâncias europeias e internacionais, mas a realidade alterou-se no sentido negativo quando nada fazia prever que assim seria”, observou, frisando igualmente que na nossa economia nada mudou nas últimas semanas.

“O que aconteceu foi um ataque especulativo e uma mudança da inserção da economia portuguesa no panorama dos mercados interna-



“Estas não são medidas fáceis de anunciar nem de adoptar, mas fazemo-lo com a convicção de que elas são responsáveis e necessárias”

cionais”, rematou.

Quando confrontado com possíveis cenários de contestação social ao aumento de impostos, Assis disse que essa é uma preocupação do PS e do Governo.

“Há um esforço de explicação, de envolvimento e de concertação social a fazer. Não apenas uma concertação interpartidária, há também uma concertação social a fazer”, sublinhou.

Além do papel que os socialistas terão de desempenhar juntos das confederações sindicais, Francisco Assis referiu ser ainda imperativo proceder a “um esforço sério de explicação” das medidas.

E disse acreditar que “os portugue-

ses compreenderão e participarão neste esforço patriótico”.

“Este não é um momento de impor, mas sim de ir ter com as pessoas e explicar as medidas”, sustentou.

De acordo com o líder parlamentar do PS, apesar de as medidas anunciadas pelo Governo serem duras, estas “reflectem preocupações de justiça social, porque há numa distribuição do esforço”.

“No entanto, em Portugal, não podemos viver num estado de alienação em relação à realidade internacional a ponto de continuarmos a reclamar coisas que são impossíveis nas actuais circunstâncias. Penso que as confederações sindicais compreenderão isso”, declarou.

Interrogado sobre se o acordo com os sociais-democratas em torno das medidas adicionais de consolidação orçamental afasta o cenário de eleições antecipadas, o líder parlamentar socialista respondeu que o PSD “compreendeu – e bem – que caso fosse associada uma crise política a esta crise com que estamos confrontados isso teria efeitos muito negativos para o país”.

“O PSD, ao participar neste es-

forço, revelou sentido de responsabilidade, que deve ser enaltecido”, considerou.

Quanto ao facto do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, ter pedido desculpa aos portugueses por ter viabilizado as medidas de austeridade do Governo, Assis referiu que não tem esse estilo e reiterou que não tomara tal atitude.

“No dia em que eu pedir desculpa por alguma coisa é para me retirar da vida política, porque teria reconhecido que tinha cometido algum erro que me impediria de prosseguir na vida política. Como acho que não o fiz e como me tenho empenhado em exercer condignamente as minhas funções, não peço desculpa por nada. Quanto muito poderia pedir compreensão”, contrapôs.

Perguntado sobre se o primeiro-ministro não deveria pedir desculpa aos portugueses por ter ainda recentemente afastado a possibilidade de aumentar impostos, respondeu: “Os políticos devem fazer, em cada momento, aquilo que têm de fazer e têm de estar de consciência tranquila. Acho que José Sócrates está de consciência tranquila.”

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa